

Cavaco Silva no encerramento do Congresso Nacional

JSD deve continuar a ser grande força mobilizadora

Na sessão de encerramento do VIII Congresso Nacional da JSD, realizada no passado domingo em Tróia, o Prof. Cavaco Silva apelou aos jovens do Partido para que se mobilizem e se adaptem aos novos tempos, a fim de que Portugal possa vencer o desafio que se lhe coloca a partir de 1992, com a entrada em vigor do Mercado Único Europeu.

«O que eu peço», disse Cavaco Silva, «é que a JSD continue a desempenhar um papel de grande força mobilizadora, mas agora adaptada aos novos tempos, já que os temas mobilizadores do passado estão quase todos, hoje em dia, ultrapassados».

Para o presidente do PSD, o grande desafio para a juventude é «a Europa de 1992, o terceiro milénio, tempo e espaço que», disse, «pertencem exclusivamente aos jovens».

A propósito da actual vida



partidária, Cavaco Silva advertiu: «Não podemos deixar que a situação que se vive nos outros partidos conduza, no

PSD, a uma acomodação; antes pelo contrário, tem de ser um estímulo para fazermos mais e melhor».



A esquerda o líder do PSD trocando impressões, após a sessão de encerramento, com Carlos Coelho — reeleito Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, no VIII Congresso Nacional. Carlos Coelho viu coroada de êxito, a moção «Um grito de geração», a única de estratégia global a ser aprovada.

Em cima, um aspecto geral dos congressistas que foram unânimes na opinião de que a liderança da JSD saiu deste Congresso reforçada, e consequentemente a própria organização.

Montalvão Machado ao «Povo Livre»

Abertura ao diálogo que seja produtivo

RECUSO-ME frontalmente a aceitar a ideia de que o meu grupo parlamentar se vai apenas manter na expectativa do que, em termos de iniciativas venha do Governo — afirmou o dr. Montalvão Machado em resposta às questões colocadas por «Povo Livre» imediatamente a seguir à sua eleição como presidente da bancada social-democrata.

O escrutínio decorreu na quinta-feira passada. Participaram no acto 139 dos 148 deputados do PSD que por 101 votos a favor, 28 contra, cinco abstenções e um nulo elegeram também as sete vice-presidentes da direcção do grupo, com Duarte Lima em primeiro lugar, os restantes seis a par e são, por ordem alfabética dos apelidos por que são conhecidos Carlos Encarnação, Fernandes Marques, Filipe Meneses, Miguel Macedo, Pacheco Pereira e Silva Marques.



A nova direcção do Grupo Parlamentar do PSD, presidida por Montalvão Machado

Aos jornalistas parlamentares a quem foi apresentada a nova direcção do grupo parlamentar do

PSD, Montalvão Machado

reiterou a vontade de diálogo com a oposição que



SUMÁRIO

• Entrevista com o Presidente da C.P.D. de Portalegre

(pág. 5)

• Ministro Cadilhe desmontou interpelação do PS

(pág. 12)

Governo anuncia mais privatizações

O Conselho de Ministros reunido na semana passada, decidiu encetar o processo de privatização de mais duas empresas públicas, desta vez as primeiras no sector dos seguros, escolhendo para o efeito a Tranquilidade e a Aliança Seguradora.

A decisão, tomada no úl-

timo Conselho de Ministros, demonstra bem a importância que o Executivo deposita na rápida privatização de empresas que estiveram durante muitos anos dependentes do Estado e que têm agora de preparar-se devidamente para o Mercado Único Europeu.

Continua na página 11

Continua na página 13

EDITORIAL

Desafio na coerência das atitudes e no respeito pelos compromissos publicamente assumidos

Da estabilidade do Governo e da Oposição

No próximo dia 6 de Novembro completam-se três anos de mandato consecutivo do Prof. Cavaco Silva como Primeiro-Ministro de Portugal. Não queremos comemorar a efeméride. Mas não podemos deixar de assinalá-la com júbilo pelo que ela representa para um País que se habituou a viver, depois de 25 de Abril de 1974, com Governos que não ultrapassavam a duração média de 1 ano: a consagração da estabilidade política e governativa.

Nenhuma democracia consegue viver sem esse elemento primordial que é a estabilidade garantida pelo pleno cumprimento dos mandatos eleitorais.

Os regimes democráticos alicerçam a sua força no princípio de que todo o poder político é efémero e transitório. Mas ser efémero e transitório não pode querer significar que tenha que ser posto em causa semanalmente. A vantagem de haver mandatos suficientemente largos para serem cumpridos integralmente é recíproca para os Governos e para as Oposições: permite aos primeiros cumprirem (bem ou mal) os seus compromissos eleitorais, e, às segundas, a afirmação sólida das alternativas. Até 1985, e com excepção da Aliança Democrática, não houve em Portugal nenhum projecto de Poder que desse garantias de estabilidade. Vi-

vemos permanentemente sob a ameaça da «italianização», com Governos e Primeiro-Ministros a sucumbirem perante a voragem célere dos acontecimentos inesperados, das circunstâncias efémeras e dos equilíbrios espúrios, que se faziam hoje e se desfaziam amanhã.

Ao lado da desorganização política instalou-se e ganhou foros de cidade a desorganização financeira e a anarquia económica (lembra-se de que não havia Orçamentos de Estado aprovados antes de Junho ou Julho?). Deixámos em parte de ser senhores do nosso próprio destino, já que só graças às «curas de austeridade» aplicadas pelo Fundo Monetário Internacional conseguimos solver algumas das nossas mais difíceis obrigações face ao exterior.

É bom lembrar que vivemos este estado de coisas, porque a normalização da nossa vida política faz com que muitos se esqueçam, hoje, um pouco apressadamente, da experiência do nosso passado recente, que não gostaríamos de ver repetida.

Para haver estabilidade governativa é fundamental que sejam também estáveis as forças políticas principais, que alternam no Poder e na Oposição. Os cataclismos verificados num partido de

Governo, reflectem-se sempre, forçosamente, no próprio Governo.

O Prof. Cavaco Silva trouxe ao PSD a estabilidade e a segurança de que o Partido carecia para se afirmar perante os portugueses, autonomamente, como portador de um projecto credível de Poder. E trazendo essa estabilidade ao PSD, trouxe-a também ao Governo da Nação, que dele emana. Com esta garantia de estabilidade, pensamos estar a dar um contributo muito válido para que Portugal alinhe com as democracias racionalizadas do Ocidente. Mas não esqueçamos que, numa democracia, este desafio é também extensivo à Oposição, sobretudo àquela que se pretende prefigurar como alternativa a quem está no Governo. Desafio que permanece para lá da contingência das pessoas e dos líderes, mas que tem o seu esteio nos princípios de acção política, na coerência das atitudes e no respeito pelos compromissos publicamente assumidos.

Felizmente para Portugal e para os portugueses, tudo indica que, neste particular, o partido da Maioria e o principal partido da Oposição não quererão deixar os seus créditos por mãos alheias.



Duarte Lima

**BUSTO
A SÁ CARNEIRO
NA CIDADE
DE VILA NOVA DE GAIA
HOMENAGEM AO GRANDE
ESTADISTA PORTUGUÊS.
PARTICIPE • COLABORE
CONTRIBUA**

**COMISSÃO PRÓ-BUSTO
A FRANCISCO SÁ CARNEIRO**

RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, 1339
APARTADO 205

4403 VILA NOVA DE GAIA
CODEX TELEFONE — 393918

Conta bancária n.º 036970
Banco Pinto & Sotto Mayor
Vila Nova de Gaia

A Oposição

Os partidos políticos portugueses da oposição parlamentar continuam a manter uma postura institucional incompatível com o desenvolvimento do País e com a integração europeia.

Ao fim destes anos todos os dirigentes socialistas e comunistas nada aprenderam e comportam-se com o claro objectivo de criar as condições para a instabilidade social.

Com a redução das taxas de inflação para níveis nunca alcançados no pós 25 de Abril, a descida da taxa de desemprego para valores perfeitamente aceitáveis quer do ponto de vista social quer económico, sem a possibilidade de invocar os salários em atraso, situação à qual o Governo do Prof. Cavaco Silva deu particular atenção tendo tomado medidas para a combater, a esquerda dos portugueses vê-se num beco sem saída, uma vez que não pode utilizar como estandarte nenhum dos temas que lhe são tão caros. Acresce a esse facto a incapacidade endógena dos dirigentes socialistas e comunistas em encontrarem alternativas credíveis às propostas governamentais por falta de imaginação e de criatividade.

O ataque sem nexo a toda e qualquer medida governamental banaliza-se no discurso dos dirigentes da oposição e na pena de alguns jornalistas.

A demagogia dos dirigentes do P.S. e do P.C.P., a par

da incompetência técnica, fere a sensibilidade dos portugueses.

O discurso político daqueles dá a sensação de se viver no nosso País um período pré-eleitoral, tal o ponto a que o seu desespero chega por, cada vez mais, descerem nas sondagens de opinião. As posições de homens, que se consideravam competentes, quanto à cobrança de um imposto que recai sobre os rendimentos do ano 1988 e que, todos sabem, é efectiva no ano de 1989, atinge as raízes da imoralidade.

A implementação do imposto único é uma medida estrutural fundamental para introduzir correcções na tributação fiscal e criar condições para uma efectiva alteração das injustiças sociais.

Quando um partido, no caso concreto o P.S., que contribuiu para a destruição do poder de compra da classe média portuguesa e nada fez para alterar a situação das classes mais desfavorecidas, vem arvorar-se em defensor dessas mesmas classes, nomeadamente da média alta, é de desconfiar da sua atitude.

As medidas já anunciadas pelo Governo quanto aos benefícios que vão recair sobre os contribuintes sujeitos ao Imposto Complementar, bem como para as empresas no que concerne ao pagamento da Contribuição Industrial, vieram desarmar a oposição e deram, ao povo português, o exemplo concreto de que o Governo não

está a actuar ao sabor de interesse de grupo, mas sim tendo por objectivo a correcção das graves assimetrias que atravessam alguns dos sectores chave da administração, neste caso da administração fiscal, por onde passa, necessariamente, a transformação das condições de vida dos portugueses.

Um sistema fiscal justo, moralizador, desburocratizado é o pano de fundo para, juntamente com uma política correcta de investimentos, se avance resolutamente para a Europa em 1992.

O grande e enorme drama da oposição é o começo do fim de um estrutura administrativa e fiscal asfixiante e obscura virada contra os administrados.

A reforma fiscal a par de outras alterações na máquina administrativa do Estado podem contribuir para o fim da venalidade e dos benefícios ilícitos de todos aqueles que tem públicas virtudes e vícios privados.

O P.S.D., os seus militantes têm, cada vez mais, a obrigação de atacar a oposição de uma forma contundente, desmascarando perante a opinião pública as suas falsidades, pondo a claro a sua incompetência.

Nem o facto de se ter assinado o acordo de Revisão Constitucional com o P.S. deve ser impeditivo desse comportamento. A verdade é que os socialistas não se inibem de atacar, sem funda-



VÍTOR FONSECA

mento, a actividade do P.S.D. e do seu Governo.

A luta política, assumida com a correcção própria, deve ter uma componente ética que pautar o comportamento dos intervenientes, na defesa do interesse público.

A verticalidade de todo e qualquer responsável por um cargo público é a condição básica para o triunfo da democracia, do progresso económico e social.

O P.S.D. introduziu na governação do País esses conceitos e daí os ataques de alguns à actividade desenvolvida e às reformas anunciadas e implementadas.

O reforço da actividade militante a todos os níveis torna-as, cada vez mais, uma necessidade e uma forma de contribuir para o desenvolvimento de Portugal.

A oposição ou se torna eticamente responsável ou está condenada a auto-marginalizar-se do processo de transformação de Portugal.

Estrangeiros totalizaram 16 milhões e deixaram 302 milhões em divisas

OS estrangeiros que, em 1987, entraram nas fronteiras portuguesas ultrapassaram os 16,1 milhões, revelam dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) durante a semana passada.

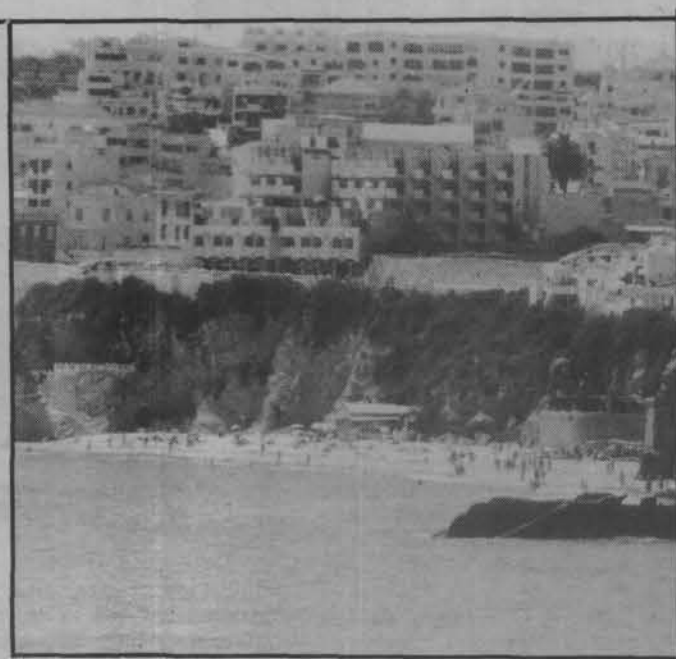
Aquele número representa um crescimento de 23,9 por cento em relação aos dados do ano anterior.

Nas fronteiras nacionais deram entrada 13 milhões de residentes em Espanha (77 por cento do total), da República Federal da Alemanha (3,3 por cento) e da França (2,7 por cento).

O resultado global das receitas atribuídas ao turismo é estimado em 302 milhões de contos.

As entradas em divisas tiveram origem, com especial destaque, dos Estados Unidos (69 milhões), Reino Unido (63 milhões) e RFA (38 milhões de contos). Estes números representam um aumento de receitas de 32 por cento em relação às obtidas em 1986.

Relativamente ao equipamento hoteleiro por regiões, verifica-se que o Algarve detinha a maior capacidade, com



O Algarve continua a ser a região mais procurada para quem nos visita

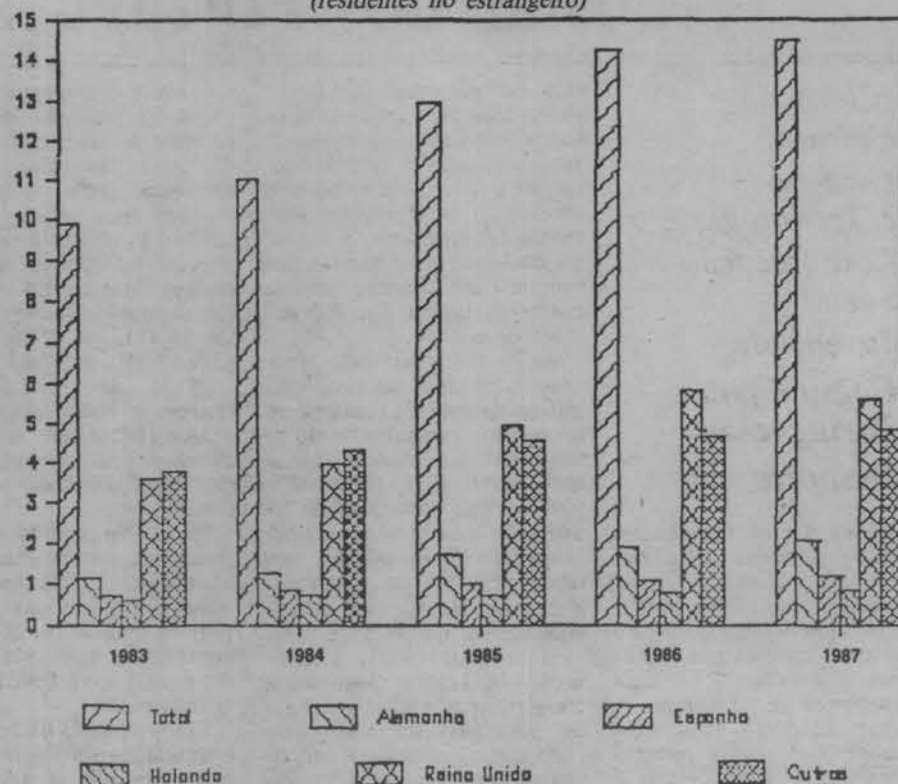
34,3 por cento do total. Em seguida, situavam-se a Costa de Lisboa, com 22 por cento, a Costa da Prata e a Costa Verde com, respectivamente, 12,1 e 11,8 por cento.

Em relação ao movimento

de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, os dados do INE apontam que totalizou seis milhões, o que representa um aumento percentual de oito pontos, relativamente a 1986.

Dormidas de hóspedes

(residentes no estrangeiro)



Energia: desafios do futuro (I)

«A situação energética portuguesa não é famosa» — são palavras recentes do secretário de Estado da Energia.

E não é famosa porque, segundo Ribeiro da Silva, «não temos sabido usar conveniente e totalmente as energias endógenas de que dispomos» e, também, porque «temos vindo a insistir sistematicamente no uso de petróleo como energia primária, o que nos coloca numa dependência irracional do exterior e de um mercado extremamente volúvel».

Mas há outras razões, designadamente uma «política errada dos preços da energia no consumidor final» e «a forma de actuação dos agentes internos responsáveis pela oferta da energia, quer por se encontrarem só no mercado, quer por privilegiarem o aumento dos consumos em detrimento da sua racionalização».

Agora, no entanto, salienta Ribeiro da Silva, estão definidos «os princípios e os vectores da política energética como uma malha de base que suporta e orienta as opções entretanto já tomadas e as que continuaremos a tomar».

«Como pano de fundo» — acrescenta o secretário de Estado — «temos o objectivo central de responder às necessidades em energia, induzidas pelo desenvolvimento socio-económico, estimulando a es-

colha de opções mais eficientes e racionais, num quadro equilibrado, jogando na segurança, diversificação e concorrência das fontes, na flexibilidade e clareza do sistema energético e na minimização dos custos».

«Povo Livre» inicia hoje a publicação das acções desenvolvidas e a desenvolver a curto prazo na área da energia, tanto no que respeita ao consumo como à oferta, e na área do sector extractivo. Começamos pelo lado da procura de energia (consumo).

Informação e Formação

— Sessão de sensibilização dos principais operadores energéticos, associações e confederações empresariais e associações, profissionais, para a necessidade da utilização racional da energia (URE) e do apoio e informação aos consumidores.

— Seminários de divulgação do Programa VALOREN, das tecnologias das energias novas e renováveis e papel das PME's na política energética (Lisboa e Faro).

— Pré-diagnóstico das condições de utilização da energia com «Energy-bus» em instalações industriais.

— Publicação de manuais

de URE para 22 subsectores industriais.

— Publicação de um manual para auditores de energia.

— Sessões de esclarecimento e divulgação do novo SIURE.

— Lançamento do sistema de «Financiamento por terceiros» dos projectos de URE e acções de gestão de energia. Dinamização dos agentes. Apoio ao investimento através do SIURE e eventual estudo de regulamentação. Divulgação de contratos-modelo.

— Seminários regionais para informação e debate sobre as potencialidades e técnicas de utilização dos recursos energéticos endógenos; desperdícios florestais, energias solar e eólica, biogás.

— Campanha de informação sobre o aproveitamento das potencialidades criadas pela legislação sobre as actividades de produção e distribuição independentes de energia eléctrica.

— Implementação mais efectiva do Regulamento da Gestão do Consumo de Energia e reflexão sobre os «prémios» para as empresas que consigam melhores performances desde isenção de impostos sobre as poupanças energéticas, até à atribuição de títulos honoríficos tipo «oscares» de eficiência energética.

— Organização de um «Fo-

cal point» para divulgação dos projectos de demonstração da DG XVII com base no banco de dados SESAME.

— Realização de auditorias e estudos nos diversos tipos de transportes, incluindo medidas de URE e de política de Energia para o sector.

— Estudo sobre as possibilidades/vantagens da utilização do gás como combustível em transportes colectivos e eventual modificação da legislação existente.

Regulamentação

— Legislação sobre a produção e distribuição independentes de energia eléctrica:

— Apresentação à Assembleia da República da proposta de autorização legislativa concedida através da publicação da Lei n.º 34/88, de 2 de Abril.

— Publicação do DL n.º 189/88, de 27 de Maio, que define as normas relativas à actividade de produção e distribuição de energia eléctrica por pessoas singulares ou por pessoas colectivas de direito público ou privado (agentes, regras técnicas e de segurança, autorizações e expropriações, contratos e preços).

— Publicação da Portaria n.º 445/88, de 8 de Julho, que regulamenta os procedimentos

administrativos inerentes ao processo de autorização de utilização da água para aproveitamentos hidroeléctricos no âmbito do DL n.º 189/88.

— Publicação do despacho interpretativo da aplicação do R.G.C.E. a todos os tipos de consumidores (Desp. 10/88 publicado no DR de 30.5.88).

— Dinamização e participação na elaboração do futuro regulamento das condições térmicas dos edifícios.

— Idem para o futuro regulamento das instalações especiais (térmicas) em edifícios.

Incentivo ao Investimento

— SIURE — Sistema de Incentivos à Utilização Racional da Energia:

— Publicação do DL n.º 188/88, de 27 de Maio, que criou o SIURE.

— Publicação da Portaria n.º 334/88, de 27 de Maio, que aprova o regulamento para a concessão das participações financeiras previstas no SIURE.

— Preparação da componente Energia nos diversos eixos do PEDIP.

— Coordenação dos sistemas de apoio financeiro a projectos de ID&D, assim como da divulgação dos vários programas nacionais e comunitários.



RIBEIRO DA SILVA: definidos os princípios e vectores da política energética

rios, Despacho Conjunto de 15 de Dezembro, criando uma Comissão Coordenadora.

— Participação activa na implementação do Programa VALOREN.

Estruturas de Actuação

— Reestruturação e relançamento do Centro para a Conservação de Energia - CCE, com funções, entre outras, de órgão de apoio técnico da SEE para dinamização das acções sobre o consumo da energia em todos os sectores de actividade.

— Criação do Centro Técnico de Biomassa. Elaboração de projectos e de estatutos, na Zona Centro.

Continua

SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

XI Governo Constitucional

— um ano de Governo (conclusão)

IV — Preparar o Futuro

Apostar nos Portugueses

- **Educação**
- **Cultura**
- **Ciência e Tecnologia**
- **Comunicação Social**
- **Juventude**
- **Comunidades Portuguesas**
- **Desporto**

O Futuro e os Portugueses condicionam todas as medidas do Governo. Quando se equacionam os custos e os benefícios de uma decisão política é sempre no futuro e nos Portugueses que radicam os reais pressupostos de tal análise. A modernização do País seria impensável sem uma correcta perspectiva de futuro e sem a aposta nos Portugueses. O mesmo pode afirmar-se a respeito de Educação, da Cultura, da Ciência, da Comunicação Social, da Juventude e de outras componentes vivas de uma sociedade.

De acordo com o prometido no seu programa, o XI Governo Constitucional lançou ao longo deste primeiro ano uma série de inovações que visam a modernização do País, concebida como um processo eminentemente cultural. Com a corrida para a Europa, houve também a preocupação de preservar nessa integração plena a realidade histórico-cultural portuguesa, sem a desvirtuar nos seus pilares essenciais.

Se na Educação se operaram verdadeiras reformas numa perspectiva de futuro, também na Cultura, na Ciência e Tecnologia, no Desporto, na Juventude e nas Comunidades Portuguesas se deram progressos significativos para o crescente bem-estar dos Portugueses. A preocupação cultural e a aposta na capacidade da sociedade civil estiveram sempre presentes nas opções feitas e nas medidas tomadas.

Outras reformas se fizeram sentir — com particular destaque na Comunicação Social, onde o processo de privatização iniciado virá reduzir o excessivo peso do Estado no sector, possibilitando que os jornais sejam verdadeiros espaços de liberdade, sujeitos, tão-somente, à tutela e soberania do público leitor.

Enunciam-se a seguir algumas das medidas e acções mais relevantes, desenvolvidas, no tocante às áreas em apreço, durante este primeiro ano de Governo.

88 — Foi criado o **Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha de 1992**, subordinada ao tema «A Era dos Descobrimentos».

89 — Para tornar cada vez mais universal o acesso à escolaridade, foi elaborado um programa estratégico de desenvolvimento educativo a médio prazo para Portugal (PRO-DEP), destinado a preparar o

sistema para um aumento substancial da escolaridade de todos os níveis, para modernização das infra-estruturas educativas e para o melhoramento qualitativo do ensino em Portugal. Tal programa, a ser financiado em parte através dos fundos comunitários, implica custos da ordem dos 400 milhões de contos.

90 — Foi igualmente aprovado e lançado um **programa interministerial de combate ao insucesso escolar**, tendo-se cumprido já a primeira fase, a qual envolveu os 60 municípios do País com taxas de reprovção mais elevadas. O balanço efectuado conclui por uma melhoria no aproveitamento escolar, ao nível do ensino básico, de cerca de 16%.

91 — Promoveu-se a aprovação de **Lei da Autonomia Universitária**, a qual consagra os princípios da autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira, condições importantes para a construção de uma Universidade moderna, crítica, participativa e responsável.

92 — Concretizou-se a criação em cada Escola dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário de um **fundo de manutenção e conservação do património escolar**, visando combater o agravamento da situação da degradação do nosso parque escolar, e em cuja gestão participam representantes das autarquias, dos professores, dos alunos e dos pais.

93 — Ainda com o objectivo de **melhorar o parque escolar nacional** e aumentar os recursos educativos disponíveis foram criados incentivos de natureza económica e social, complementando os benefícios fiscais já previstos na Lei do Mecenato, aplicáveis às pessoas singulares ou colectivas que, gratuitamente, cedam bens móveis ou imóveis ou prestem serviços às escolas.

94 — Pôs-se termo a uma situação de indefinição — que se arrastava há catorze anos — com a integração dos **Institutos Superiores de Engenharia e de Contabilidade e Administração no ensino superior politécnico**.

Ainda no domínio do ensino superior politécnico, registou-se a entrada em funcionamento de cinco novas escolas (Guarda, Portalegre, Porto, Setúbal e Viseu) e de 30 novos cursos.

Noutra vertente, criou-se uma linha de crédito bonificado destinado aos estabelecimentos de ensino, particular e cooperativo, no valor de 4 milhões de contos, destinada a apoiar a aquisição ou renovação de instalações e equipamentos desses estabelecimentos.

95 — Foi iniciado em 100 escolas um **projecto de autonomia financeira**, com o objectivo de tornar mais eficaz e racional a gestão dos recursos humanos postos à disposição dos estabelecimentos de ensino.

96 — Foi reconhecido aos **docentes do ensino particular**

o direito à contagem do tempo de serviço prestado antes de 1 de Maio de 1961, data a partir da qual passaram a estar abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

97 — Correspondendo a um grande esforço, o **numerus clausus**, no ensino superior, foi substancialmente elevado. De 14 473, em 1986, passou para 17 961, em 1988.

98 — Ao mesmo tempo criaram-se **bolsas/empréstimo**, de que podem beneficiar todos os estudantes do ensino superior, para conclusão dos seus cursos.

99 — No âmbito cultural, promoveu-se o lançamento de um programa de apoio às actividades culturais das Associações de Estudantes do Ensino Superior, o qual visa incentivar a prática e a fruição cultural nas escolas.

100 — Através da aprovação e instalação da **Régie Cooperativa Sinfonia** foram criadas as condições necessárias para funcionamento, em Lisboa e no Porto, de duas orquestras sinfónicas.

101 — Foram atribuídas as primeiras bolsas que permitiram aos artistas e escritores portugueses dedicarem-se exclusivamente à criação.

102 — Concretizou-se a abertura ao público, na Biblioteca Nacional de Lisboa da **PORBASE — Base Nacional de Dados Bibliográficos**, da primeira base de dados de consulta pública em Portugal, a qual integra as principais bibliotecas portuguesas.

103 — Com a fundação do novo **Instituto Português dos Arquivos**, o País passou a dispor do primeiro organismo vocacionado exclusivamente para a valorização do património arquivístico nacional.

104 — Efectuou-se o concurso público para a **construção do Centro Cultural de Belém**.

105 — Nova legislação aprovada determina que os projectos de intervenção em edifícios classificados sejam obrigatoriamente subscritos por arquitectos por forma a garantir a sua crescente qualidade arquitectónica.

106 — No âmbito da **Ciência e Tecnologia** destaca-se que foi aprovada a nova lei orgânica da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Tratando-se de um organismo de coordenação do apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, a JNICT passa a estar imbuída do propósito de concretizar a ligação entre a Ciência e a empresa e de desenvolver a investigação aplicada.

107 — Foi criado o **prémio «Boa Esperança»**. A sua atribuição anual destina-se a distinguir trabalhos de mérito produzidos em Portugal no sector da investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

108 — Promoveu-se a aprovação do **Estatuto da Carreira de Investigação**, acentuando-se o paralelismo entre esta carreira e a da docência universitária.

109 — O Estado deu início à **redução do peso excessivo que detém na área da Comunicação Social** mediante a aprovação da lei que permite a venda de empresas, bens e títulos do sector. A privatização do jornal **A Capital** e das oficinas gráficas do «Anuário Comercial» foi já concretizada.

110 — Foram aprovados dois outros importantes diplomas a **Lei da Rádio** e o **posterior diploma sobre licenciamento de novas estações emissoras**. Aquela define as regras gerais do exercício da actividade radiofónica. O segundo diploma estabelece as condições para atribuição de novas licenças de rádio, mediante concurso público, estipulando os projectos profissionais e de valorização da cultura nacional.

111 — O **Estatuto da Imprensa Regional** tornou-se uma realidade. Depois de anos de indefinição, a importância daquele sector passou a ser reconhecida na lei. Caracterizou-se a sua função e definiu-se legalmente o quadro de direitos e deveres das pessoas que trabalham nos jornais regionais e dos apoios a que estes têm direito.

112 — Foram movimentadas verbas na ordem dos dois milhões de contos para apoios financeiros à **Comunicação Social**. Além do apoio directo às publicações e à sua reconversão tecnológica, apostou-se na formação profissional, designadamente através da **atribuição de 20 bolsas a jornalistas nacionais** para estágios em escolas superiores de jornalismo ou em empresas europeias de reconhecida credibilidade.

113 — Criou-se a **Escola Superior de Comunicação Social**, por forma a que os cursos a ministrar possam abranger, não apenas a área do jornalismo, mas ainda a da publicidade, relações públicas e outras.

114 — Promoveu-se a melhoria e o reforço dos **circuitos de informação** de e para as diversas comunidades portuguesas, destacando-se a celebração de um protocolo com a Agência «Lusa» e a edição de um Boletim Informativo distribuído semanalmente por cerca de trezentos órgãos de comunicação social, com particular incidência junto da imprensa regional e dos meios de informação de Língua Portuguesa nas comunidades em todo o Mundo.

115 — Na **área da juventude**, a par da prossecução dos projectos anteriormente lançados, novas medidas de apoio aos jovens foram aprovadas, destacando-se:

— A criação de 70 novos centros **INFORJOVEM**, destinados à formação e sensibilização da juventude na área das tecnologias de informação;

— O lançamento do **Cartão Jovem 88/89**;

— A aprovação do quadro legal do apoio às associações de estudantes do ensino superior e não superior;

— O lançamento do **Programa Férias Desportivas**, envolvendo mais de 200 000 jovens;

— Alteração ao **Código Cooperativo**, facilitando e

simplificando a constituição de cooperativas de jovens nos sectores agrícola e da construção e habitação;

— A criação de um subsídio de inserção na vida activa dos jovens à procura do primeiro emprego;

— Isenção, até ao montante de 10 000 contos, do pagamento de sisa pela aquisição de prédios rústicos por parte de jovens agricultores, visando estimular a actividade dos jovens que investem na agricultura.

116 — Foi igualmente concretizada, a criação, no âmbito do **Projecto VIDA**, do programa «**Linha Aberta**» para apoio e informação sobre tóxico-dependência. Institucionalizou-se, ainda, um programa, de informação e sensibilização das populações, pais,

jovens e educadores para a problemática da droga, o qual vem sendo realizado através da comunicação social.

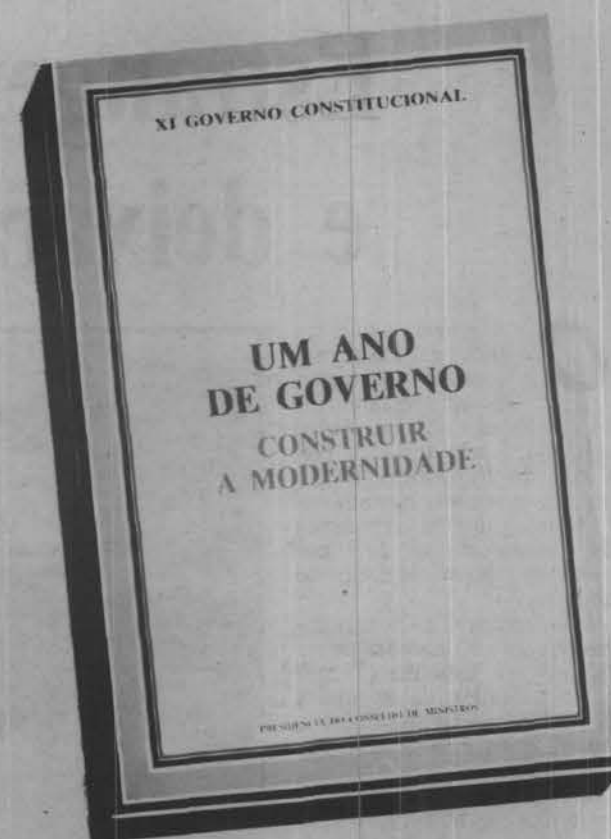
117 — Foram celebrados diversos acordos relativos a matérias de segurança social para os trabalhadores emigrantes respectivos agregados familiares, designadamente com os Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, França, Cabo Verde e Andorra.

118 — Concretizou-se uma forte aspiração do Desporto Nacional com a aprovação, para discussão pública, da **Lei de Bases do Sistema Desportivo Nacional**.

119 — Procedeu-se à reorganização legal do sistema da **Medicina Desportiva**, numa filosofia de investigação permanente e de apoio directo ao praticante desportivo.

As 14 Reformas Estruturais

1. **Transformação de empresas públicas em sociedades anónimas de economia mista.**
2. **Alteração do regime de alienação de participações ou bens e instalações detidos pelo Estado em empresas de Comunicação Social.**
3. **Acesso da iniciativa privada a novos sectores de actividade.**
4. **Reforma Fiscal.**
5. **Modernização do mercado de capitais.**
6. **Revisão da legislação laboral.**
7. **Nova Lei de Bases da Reforma Agrária.**
8. **Emparcelamento e fraccionamento de prédios rústicos e explorações agrícolas.**
9. **Lei do Arrendamento Rural.**
10. **Lei do Arrendamento Florestal.**
11. **Produção independente de energia eléctrica.**
12. **Exercício da actividade de radiodifusão.**
13. **Lei da gestão hospitalar.**
14. **Lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional.**



Presidente da CPD de Portalegre

Investimento de 24 milhões de contos vai mudar o Distrito de Portalegre

Em Portalegre, as próximas eleições autárquicas já estão a ser preparadas pelas estruturas distritais do PSD, que tudo vão fazer para conquistar mais algumas autarquias, ao mesmo tempo que prosseguem os esforços para a implementação de iniciativas que se traduzam em progresso e melhoria das condições de vida das populações, afirmou a «Povo Livre» o Presidente da Comissão Política Distrital, José Manuel Pinheiro Barradas.

«Povo Livre» — Que contributo tem dado a Distrital do PSD de Portalegre para a resolução dos principais problemas do Distrito e a implementação da melhoria das condições de vida das populações? José Manuel Pinheiro Barradas — Este Distrito pertence a uma região que foi difícil para o PSD e que tem algumas características próprias e problemas também um pouco diferentes de outras, designadamente de ordem política, pois o PC apenas numa eleição conseguiu ser maioritário neste Distrito, ao contrário do que sucedeu em Évora e Beja, onde sempre teve grande predominância. Aqui, a predominância vinha pertencendo ao Partido Socialista.

Portalegre tem 15 concelhos, verificando-se uma separação nítida entre o Norte e o Sul do Distrito, condicionante morfológica que só por si criou problemas de vária ordem, pois quanto no Sul existe propriedade de grandes dimensões, a parte Norte é uma zona de transição.

Desde a vitória do PSD nas eleições legislativas de 1985, confirmada em 19 de Julho do ano passado, alguns dos problemas que se vinham arrastando ao longo dos anos começaram a ter solução. Esse é um mérito que deve ser atribuído em primeiro lugar ao Governo, mas para o qual a estrutura distrital também terá dado algum contributo, porque se tratou de problemas sempre equacionados pelas nossas estruturas.

Tínhamos problemas graves em relação à Segurança Social, porque se trata de um distrito envelhecido, no qual existe a freguesia com maior envelhecimento da Europa, no concelho de Gavião, onde o número de jovens em termos percentuais é o menor do país; problemas também com a rede viária; da cobertura hospitalar; e ainda quanto aos estabelecimentos de ensino e ao seu funcionamento.

Alguns desses problemas, ou parte deles, ainda se mantêm, mas temos alertado o Governo, através do partido, para que se vão encontrando soluções. Neste momento podemos dizer que, nestas áreas principais que referi, muito se tem feito.

Mas o nosso grande drama é a falta de população, que se reflecte na falta de quadros, essencialmente necessários

para o desenvolvimento de uma zona que estava bastante degradada e tem um tecido empresarial muito ténue, pelo que não se verificou uma grande implantação de indústrias, as quais não só facilitariam a fixação dos trabalhadores do distrito como também o regresso de quadros mais jovens que têm de o abandonar para conseguir emprego — e depois não regressam.

«P.L.» — A acção do Governo tem contribuído para que a sua missão política nesta Distrital seja facilitada?

J. M. P. B. — Temos exposto ao nosso Partido os problemas do Distrito — existindo um bom relacionamento entre a estrutura distrital, o Governo Civil e o nosso deputado pelo distrito — e algumas dessas questões vêm sendo resolvidas, podendo-se mesmo dizer que este Governo tem dado um grande arranque à resolução dos nossos problemas.

O principal motivo da nossa esperança é a recente aprovação, pela CEE, da Operação Integrada de Desenvolvimento Regional, que foi preparada, ainda como PIDR-Plano Integrado de Desenvolvimento Regional, pela Comissão de Coordenação do Alentejo.

O primeiro Governo de Cavaco Silva deu forma legal a esse plano, em Abril de 1986, e temos vindo a assistir, ao longo destes dois anos, à preparação dos diversos programas que o integram em várias áreas, nomeadamente a área da indústria, a área agrícola e a área de turismo. Vimos agora a aprovação dessa operação tornar-se uma realidade em Bruxelas, o que representa um investimento de 24,2 milhões de contos, até 1992, no Distrito de Portalegre, através do FEDER, do FEOG e de outros programas que neste momento estão em desenvolvimento no país e que são um grande desafio.

Assim, da parte do PSD e do seu Governo foi feito aquilo que era seu dever, ou seja criar as condições para que essa operação fosse uma realidade; o Distrito tem agora de dar uma resposta a todas estas questões.

Essa resposta começa por uma grande abertura dos autarcas na definição dos problemas que possam ser incluídos nesta operação integrada, que terá de passar também por uma maior dinâmica do tecido empresarial do Distrito. Neste

momento está aqui um núcleo da Associação Industrial Portuguesa, que tem feito algum esforço no sentido de dar uma maior implementação ao sector industrial na nossa região. Terá de haver todo um empenhamento para que as verbas que vão ser postas à sua disposição sejam canalizadas para investimentos que tragam progresso e criem empregos.

O Governo tem acompanhado muito este Distrito e vários dos seus membros se têm aqui deslocado, numa acção mais empenhada do que estávamos habituados em executivos anteriores, pois faziam muita promessa, muito equacionamento dos problemas, mas não havia resoluções. Hoje o Governo não faz grandes promessas, mas mostra empenho em contribuir para a realização das aspirações dos habitantes deste Distrito.

«P. L.» — Como se têm processado as suas relações com as Comissões Políticas Concelhias e os Autarcas sociais-democratas e que tipo de apoio lhes tem prestado?

J. M. P. B. — O PSD é um partido muito especial: é o maior partido português e é um partido genuinamente português, o que quer dizer que é um partido que, por vezes, tem algumas complicações. Sempre assim foi.

Aqui, no nosso Distrito, não existem dentro do nosso partido grandes tensões ou conflitos, pois ainda que dentro das secções haja sempre o desejo legítimo de que os problemas dos seus concelhos sejam resolvidos com celeridade, isso não impede um bom relacionamento entre as estruturas concelhias e a Distrital.

Neste momento, ainda temos alguns concelhos onde o funcionamento dos órgãos do partido não é desejável, mas neste último ano têm-se dado alguns passos significativos para a melhoria desse funcionamento e estou convencido de que a breve prazo todos os concelhos terão as suas estruturas a funcionar em pleno.

O apoio que prestamos às estruturas concelhias ou o relacionamento que temos com a JSD, com os TSD ou com os Autarcas decorre com grande abertura, atendendo aos condicionamentos próprios deste Distrito. Entre estes cito, como exemplo, o facto de em Portalegre existir somente, e apenas desde há cerca de um ano, uma Escola Superior de Educação, o que obriga numerosos jovens que querem frequentar outros cursos a sair do Distrito, circunstância que não pode deixar de prejudicar o trabalho feito no seio da JSD, de quebrar a continuidade.

O trabalho nessas estruturas é sempre acompanhado pela Comissão Política Distrital e não existem grandes problemas de relacionamento.

«P. L.» — Os resultados até agora obtidos são suficientes para que se sinta satisfeito pelo seu trabalho à frente desta Distrital?

J. M. P. B. — Os resultados não têm sido exactamente os que nós desejávamos, mas creio que hoje o PSD neste Distrito, em termos de funcionamento, cobre bem as res-



José Manuel Pinheiro Barradas

ponsabilidades que lhe advêm de ser o primeiro partido, obtendo resultados que parecem absolutamente satisfatórios e que poderão ser melhorados.

Por outro lado, o facto de termos apenas um deputado, do mesmo modo, aliás, que o PCP e o PS, ainda que o nosso resultado eleitoral fosse muito superior, não permite grandes disponibilidades, que a acção e a força do Distrito mereceriam, dada a complexidade e variedade dos seus problemas.

Mas, de uma maneira geral, podemos considerar minimamente satisfeitos, em relação aos resultados conseguidos desde que esta Comissão Política está em funções.

«P. L.» — Como encara as próximas eleições autárquicas e que resultados espera obter?

J. M. P. B. — Dos 15 concelhos do Distrito, o PSD tem neste momento a presidência de quatro câmaras: Fronteira, Sousel, Elvas e Marvão. O PS tem oito câmaras e a DCU três. Nas últimas eleições conseguimos um resultado que podemos considerar satisfatório, pois até então só tínhamos a Câmara de Sousel. Para o próximo ano temos um grande trabalho a fazer, mas creio que há condições para que o partido possa aumentar o seu «score».

Já aqui há um ano dizíamos que se conseguíssemos ganhar mais três municípios seria optimo, e será esse esforço que vamos fazer, pelo que temos de preparar as coisas nesse sentido.

Creio que há condições para que as quatro câmaras que actualmente são socialistas-democratas continuem a sê-lo e para conquistarmos mais algumas. É esse o desafio que nos é posto.

Aqui, o nosso principal adversário não é o Partido Comunista, mas sim o Socialista, que desde muito cedo começou a ter grande expressão neste Distrito.

O trabalho que temos pela frente é o de conseguir que os resultados eleitorais das legislativas do ano passado possam ser mantidos o mais possível no próximo ano.

Não vamos dizer que vamos ganhar dez concelhos, como aconteceu o ano passado, mas

vamos fazer o possível para convencer o eleitorado de que se votar social-democrata nas eleições legislativas foi extraordinariamente importante, e deu conta de que Cavaco Silva merecia a confiança dos portugueses para governar Portugal, lhes apresentamos nas próximas eleições autárquicas candidatos em que vale a pena votar, vale a pena repetir a votação de 19 de Julho, para que o Distrito possa vir a atingir os benefícios que as populações merecem.

«P. L.» — Nessas eleições, estão previstas alianças, pelo menos pontualmente?

J. M. P. B. — O PSD fez, neste Distrito, nas últimas eleições autárquicas, vários acordos pontuais, com o Partido Socialista, com o CDS.

Neste momento ainda é um pouco cedo para se poder dizer que vamos fazer acordos pontuais aqui ou acolá. A nossa principal preocupação é preparar tudo no sentido de o PSD poder apresentar-se ao eleitorado em todos os concelhos e freguesias, o que é um grande desafio e não tem acontecido em eleições anteriores, pois houve concelhos em que o PSD não concorreu, como Castelo de Vide e Monforte.

As Comissões Políticas Concelhias e a Comissão Política Distrital vão analisar caso a caso se vale ou não a pena fazer acordos. Se as estruturas concelhias e a Distrital assim o entenderem, haverá acordos, caso contrário, não.

Mas neste momento, creio que devemos estar muito mais virados para preparar o Partido para se apresentar ao eleitorado como Partido Social Democrata, do que estarmos já a prever acordos aqui ou acolá. Até porque dos três concelhos onde o PC tem a maioria, ou seja em Ponte de Sôr, Nisa e Avis, fizemos acordos, nas últimas eleições, com o Partido Socialista, em Ponte de Sôr e Nisa, e a experiência não foi boa.

«P. L.» — Que acções já foram desenvolvidas ou estão a decorrer tendo em vista esse acto eleitoral?

J. M. P. B. — Temos estado a antecipar, conforme foi sugerido pelo Conselho Nacional

do nosso Partido, as eleições para as estruturas políticas distrital e concelhias.

Nota-se aqui a grande preocupação, não só da parte dos que têm mais responsabilidades mas também de todos os militantes, quanto à necessidade de o nosso partido se apresentar unido e preparado no próximo acto eleitoral autárquico, pronta para fazer frente à oposição, que vai jogar tudo por tudo para remediar os maus resultados do ano passado.

O Partido Socialista pretendia nas próximas eleições fazer um ponto de viragem na sua descida, mas cabe aos social-democratas fazer com que isso não suceda.

As nossas concelhias já estão a trabalhar nessas eleições, a fim de que as listas de candidatos estejam concluídas em Fevereiro ou Março. É evidente que se as estruturas concelhias ou a Distrital concluírem que nessa altura, e em alguns casos, ainda não deverá ser dada a indicação clara de algum candidato ou candidatos, pois esses serão casos que serão levados em linha de conta.

«P. L.» — Há algum outro assunto a que queira referir-se em especial?

J. M. P. B. — Um dos aspectos da política distrital que gostaria de referir, prende-se com uma prática que iniciámos no princípio deste ano do estabelecimento de contactos regulares entre as três distritais social-democratas do Alentejo, ou seja Portalegre, Évora e Beja.

Houve possibilidade, a partir de Fevereiro, de estas Comissões Políticas Distritais fazerem um trabalho em conjunto com os deputados social-democratas dos três distritos. Elaborámos uma moção para o Congresso onde os problemas da região eram bastante focados, para além dos aspectos gerais.

O nosso deputado, falo aqui especialmente do deputado de Portalegre, fez um trabalho com grande interesse para a região, em termos do «pacote agrícola», designadamente em legislação do arrendamento rural e da reforma agrária. Esse trabalho teve grande interesse para a região e, nesse sentido, vamos continuar, as três Distritais, a manter contactos e a discutir aqueles aspectos que são mais importantes para o desenvolvimento do Alentejo.

Um aspecto extremamente importante neste momento é o da implementação da legislação que foi aprovada na área da agricultura. Havia que reduzir ao mínimo as grandes injustiças verificadas no Alentejo com a aprovação da Lei da Reforma Agrária. Neste momento, cabe às estruturas distritais e aos deputados pelo Alentejo trabalhar pela implementação daquela legislação, porque o resultado prático terá bastante influência naquilo que há-de ser o nosso partido em termos de futuro no Alentejo. Eu creio que, no futuro, o PSD há-de continuar a crescer no Alentejo, aproximando-se dos níveis percentuais que hoje tem nas outras regiões do País.

Zâmbia: Kenneth Kaunda confirmado no poder

PELA sexta vez consecutiva, Kenneth David Kaunda foi reeleito presidente da Zâmbia, preparando-se, assim, para cumprir mais um mandato de cinco anos. Desde a independência do país, em 1964, que Kaunda ocupa o Poder e a única incógnita das últimas eleições presidenciais e legislativas era saber qual a percentagem de votos com que iria ser confirmada a sua presença à frente dos destinos daquele país africano.

De facto, Kaunda é o candidato único do também único partido autorizado, o Partido Unido da Independência Nacional, e a sua eleição deverá ser confirmada pela quase totalidade da Nação. Paralelamente, no escrutínio da semana passada, foi, também, eleito um novo Parlamento, constituído por 125 membros escolhidos entre os cerca de 600 candidatos aprovados pelo partido.

Sob o lema de todos os cartazes espalhados pela capital do país, Lusaka, «Dr. Kenneth Kaunda — não à mudança», as eleições na Zâmbia acabam por se assumir mais como um ritual, já que era previsível que os três milhões de eleitores do



país confirmassem o actual presidente no Poder.

Apesar de tudo, as coisas não estão muito fáceis para Kaunda e, tanto mais, quando a degradação da situação económica de Zâmbia é cada vez mais evidente. A queda pro-

gressiva dos preços do cobre, o qual representa cerca de 90 por cento das exportações, levou, nos últimos anos, ao acumular de uma dívida externa que atinge, actualmente, o montante de cinco mil milhões de dólares.

Em consequência desta si-

tuação, as autoridades de Lusaka estabeleceram um programa de medidas de austeridade e recusaram-se a fazer uso dos fundos do FMI, aos quais, numa primeira fase, tinham recorrido. Contudo, a política económica não tem surtido o efeito desejado e alguns factores têm contribuído para agravar a situação no país — uma moeda sobrevalorizada, um aumento incontroado do défice e o contínuo subsidiar de produtos de primeira necessidade por parte do Governo, sem ter recursos para o fazer.

Kenneth Kaunda depara-se, assim, com uma situação interna que pode degenerar a todo momento num convulsão perigosa para a estabilidade do seu Governo. A inflação situa-se, actualmente, nos 60 por cento ao ano e floresce um próspero mercado negro. As constantes medidas de austeridade já degeneraram em protesto e confrontos, que obrigaram a uma intervenção repressiva de Lusaka e fizeram as primeiras vítimas no país. Em consequência, e para acalmar os ânimos, a Zâmbia foi obrigada a prescindir dum elemento vital: a ajuda do Fundo Monetário Internacional.

BREVES

ZAIRE — As autoridades de Kinshasa anunciaram o restabelecimento das relações diplomáticas com a Líbia, cortadas em 1982 por Tripoli, depois de o Zaire se ter tornado o primeiro país da África negra a restabelecer relações diplomáticas com Israel.

INQUÉRITO — O FBI vai realizar o seu próprio inquérito ao acidente de aviação que, no passado dia 17 de Agosto, provocou a morte do presidente paquistanês Zia Ul-Haq e, também, do embaixador americano. A decisão da Administração Reagan foi tomada após a divulgação do relatório oficial paquistanês, que atribuiu a queda do aparelho a «sabotagem altamente sofisticada» e não provocada por bomba ou míssil.

ESTUFA — O «efeito de estufa» ampliado pela crescente concentração de dióxido de carbono e de gases na atmosfera, deverá provocar efeitos irreversíveis nas condições de vida da Terra. Esta conclusão é expressa num estudo efectuado pela Agência norte-americana para a Protecção do Meio Ambiente, sobre as alterações globais provocadas pela poluição atmosférica. Segundo o mesmo, o efeito está a produzir um aumento da temperatura na Terra, o que provocará a fusão progressiva de grandes massas de gelo e o recuo das superfícies geladas, com a consequente subida do nível dos oceanos e a submersão das zonas litorais mais baixas.

TERRORISMO — Treze alegados membros de uma organização palestina foram presos pela polícia alemã-federal, sob a suspeita de estarem a preparar um ataque terrorista. De acordo com as autoridades, os palestinianos estavam a ser vigiados há cerca de dois anos e pertenciam à «Frente Popular para a Libertação da Palestina».

SAKHAROV — O físico nuclear soviético Andrei Sakharov foi autorizado pelas autoridades de Moscovo a viajar, prevendo-se que se desloque, em Novembro, aos Estados Unidos, segundo o próprio anunciou numa conferência de Imprensa. Exilado na própria URSS antes da «Perestroika», Sakharov, de 67 anos de idade, foi agora eleito para a direcção da Academia das Ciências de Moscovo e nomeado para a comissão que deverá coordenar a construção de um monumento às vítimas do estalinismo.

Argélia prepara-se para a mudança

DEPOIS da situação ter voltado à normalidade nas ruas da capital argelina e de outras cidades do país, após um levantamento popular que pôs em causa o Governo da FLN e do presidente Chadli Bendjedid, as autoridades de Argel anunciaram publicamente os principais pontos da proposta de reformas políticas a empreender, em breve, no país.

Os argelinos parecem aguardar, agora, o cumprimento das promessas de reformas políticas e económicas feitas pelo seu presidente, cerca de dois dias depois do início, em 4 de Outubro, dos confrontos entre as autoridades e a população, que obrigaram à declaração do estado de emergência.

As linhas gerais do pacote de reformas agora divulgado são: uma quebra da hegemonia da Frente Nacional de Libertação, que, no entanto, continua a ser o partido único; a existência de candidaturas independentes em eleições municipais e legislativas e o fim do enquadramento, pela Frente de Libertação, das organizações populares, profissionais e de estudantes.

Este projecto constitui a segunda parte da reestruturação política anunciada por Chadli Bendjedid após a revolta popular do princípio do mês. As reformas propostas serão objecto de debate popular, posteriormente apresentadas ao Congresso da FLN, pre-

visto para Dezembro, e então submetidas a um referendo popular, no início do próximo ano.

No entanto, o Congresso da FLN, cuja realização está prevista para Dezembro, poderá ser antecipado, alterando todo este processo. Em debate está a permanência de Chadli Bendjedid, o homem que em 1979 foi colocado pelos militares no Poder e é responsável pelos destinos da Argélia, bem como as possíveis opções reformadoras. Durante os tumultos, Chadli conseguiu, após o seu discurso televisivo, uma certa acalmia das tensões sociais ao prometer a realização de um plebiscito nacional para o princípio de mês de Novembro.



Fundamentalistas rezam numa praça da capital argelina durante as manifestações do 10 de Outubro

Esse plebiscito, que se realizará amanhã, irá, também, incidir sobre o primeiro caderno de reformas do presidente, que inclui modificações à constituição. A principal dessas modificações prevê que o Chefe do Governo passe a responder perante a Assembleia Nacional e não ao presidente, como acontecia até agora.

Os distúrbios

De acordo com os dados oficiais, o número total de mortos durante a agitação popular na Argélia foi de 180 pessoas. No entanto, este número não corresponde aos dados adiantados por fontes hospitalares, segundo as quais, o total de vítimas se cifram em 250 pessoas e não as cinco centenas como, inicialmente, foi divulgado. Entretanto, prosseguem os julgamentos das cerca de quatro mil pessoas, de acordo com os números oficiais, detidas durante os acontecimentos do princípio do mês de Outubro.

Quanto às causas imediatas da explosão popular, que levou muitos milhares de argelinos, principalmente a camada mais jovem, a violentas manifestações e distúrbios, continuam por apurar.

Os factores óbvios como a degradação da situação económica e o agravamento drástico das condições de vida de grandes camadas de população, bem como o descontentamento de largos sectores contra um aparelho de Estado minado pela corrupção não passaram despercebidos em todo este processo, mas as causas profundas e os reais impulsores da revolta continuam por conhecer.

Apesar de tudo uma coisa é certa e é reconhecida por muitos sectores oficiais — a amplitude dos acontecimentos não foi muito maior e não se registou uma maior adesão da população, em consequência do clima de vandalismo e de pilhagem em que o protesto degenerou e a que se dedicaram muitos dos manifestantes.

Os comunistas argelinos

Quem tentou extrair dividendos de toda esta situação foram os comunistas argelinos, mas, aparentemente, sem grande sucesso.

O papel desempenhado pelo Partido Comunista (na clandestinidade) no eclodir dos acontecimentos ainda não está bem claro. De acordo com algumas fontes, os comunistas têm forte influência nos movimentos operários, aliás bem evidente nas paralizações que, nos últimos meses, têm afectado a cintura industrial de Argel.

Por outro lado e apesar de ilegalizados, os comunistas parecem, também, estar fortemente implantados em certas organizações da Frente de Libertação, particularmente, entre os dirigentes da central sindical única.

Apesar de tudo, a sua acção não foi muito frutuosa e uma semana depois dos distúrbios os principais dirigentes religiosos, mesmo os mais radicais, começaram a aconselhar a calma aos seus fiéis.

Povo livre

Sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE

PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)

Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX

Telef. 60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Distribuição:

VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 381 • 3 DE NOVEMBRO DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

MANUEL DUARTE

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 725

NESTA EDIÇÃO

- VIII CONGRESSO NACIONAL DA JSD
- NOVOS ÓRGÃOS NACIONAIS
- MOÇÕES APROVADAS

editorial

O NOSSO SONHO

Terminou o VIII Congresso Nacional da JSD. Inicia-se uma fase diferente na vida da maior Organização Política de Juventude Portuguesa, da grande Organização de Juventude, como a qualificou o líder do partido.

Mais do que confronto de nomes ou de pessoas, este Congresso provou que ainda é possível discutir ideias e traçar coordenadas de actuação. Ao aprovar a moção « Um grito de geração », o Congresso reafirmou a sua confiança na actual equipa dirigente e na sua actuação política. A JSD provou que está viva e disposta a ajudar na revitalização do PSD.

Talvez ganhar o Congresso tenha sido uma tarefa não muito difícil.

Fácil não será, certamente, reinventar um espaço de participação para os jovens, desafiando-os a deixarem a sua indiferença.

O grito desta geração tem de ser dado, chamando a atenção para os vícios instalados, denunciando os clientelismos, determinando a mudança que a sociedade portuguesa está a sofrer.

Numa altura de profunda mutação social, e JSD tem de saber encontrar a fórmula que lhe permita utilizar a sua proximidade ao poder — de que nos orgulhamos — para ocupar a linha avançada dos desafios que se colocam ao País e à nossa geração.

A tranquilidade da nossa posição tem de gerar a intranquilidade resultante do agitar ideias e da actuação ponderada.

A JSD terá de reafirmar pela sua postura o papel irreverente que sempre soube ter, aliando-o à qualidade criativa que o momento exige.

As novas exigências do Portugal dos anos 80 terá a JSD de dar novas respostas, com gente nova.

Felicidades para os novos dirigentes da JSD!

PEDRO GOMES



À esquerda: Carlos Coelho — a vitória e a consagração

Em baixo: As duas figuras do VIII Congresso Nacional da JSD

CARLOS COELHO VENCE CONGRESSO

• Pedro Pinto eleito Presidente Honorário

A equipa liderada por Carlos Coelho ganhou o VIII Congresso da JSD com um expressivo resultado eleitoral.

Carlos Coelho, na sessão de encerramento, propôs ao Congresso aclamação como militantes honorários da JSD de Rui Rio, Paulo Pereira Coelho, João Cunha e Silva e José Nuno Meireles, este a título póstumo. Propôs ainda a aclamação de Pedro Pinto como Presidente Honorário da JSD.

No seu discurso, Carlos Coelho considerou que «a JSD está viva, com força e consciente» disposta a ajudar o PSD que «não está a acompanhar a pedalada do Governo.» O partido precisa «de levar uma sacudilha, de ser revitalizado».

Carlos Coelho fez um apelo à participação dos jovens, afirmando a JSD

como «protagonista do espaço jovem para desafiar os indiferentes». É preferível que os jovens militem na Juventude Socialista ou na Juventude Centrada do que fiquem em casa indiferentes — disse o presidente da JSD.

Dirigindo-se ao Ministro da Educação, Roberto Carneiro, presente na sessão de encerramento e que recebeu uma das maiores ovações do Congresso, Carlos Coelho expressou-lhe a solidariedade da JSD. A JSD tem para consigo, Sr. Ministro, uma simpatia exigente. Estamos consigo em todas as decisões desde que com elas concordemos, mesmo que isso signifique tomar posições impopulares.

«Mas quando não concordarmos, adiantaremos as nossas propostas» —

disse, pedindo apenas diálogo em troca.

O Presidente da JSD apontou como objectivos para os próximos dois anos uma aproximação às juventudes dos PALOP, um esforço de integração europeia, as eleições autárquicas e uma nova geração de autarcas.

À sessão de encerramento do Congresso presidida por Cavaco Silva, estiveram presentes largas dezenas de convidados, entre membros de órgãos de soberania, Governos Cívicos, autarcas, representantes de parceiros sociais e organizações de juventude nacionais e estrangeiras e destacados dirigentes do PSD.

MILITANTES HONORÁRIOS

Rui Rio

Paulo Pereira Coelho

João Carlos Cunha e Silva

José Nuno Meireles (a título póstumo)

Adérito Campos

José de Almeida Cesário



destaque

«UM GRITO DE GERAÇÃO» - parte I



Tendo sido a única moção de estratégia global aprovada, a moção «Um grito de geração» que tinha por 1.º subscritor — Carlos Miguel Coelho, foi a grande vencedora do VIII Congresso Nacional.

Em virtude de não ter sido publicada na separata incluída na edição N.º 379 pelos motivos aí indicados e face à sua inegável importância iniciamos hoje a sua publicação.

I INTRODUÇÃO

Cada um fala por si, por aqueles com quem se preocupa e pelos que em si confiam.

Nós falamos pela nossa Geração.

A jovem Geração de Portugal: os portugueses que se identificam numa mesma condição, com dificuldades de inserção no tecido social, com um conjunto de problemas comuns e com a responsabilidade de erguerem o testemunho da estafeta da História, assegurando a continuidade da Nação que ainda somos e o futuro do País que queremos ser.

Foi em nome desta Geração que a JSD interveio, agitou, trabalhou e defendeu a existência de uma Política Global de Juventude que desse resposta, no plano do Estado, à multiplicidade dos problemas que ajudamos a evidenciar.

Por isso, a JSD lutou e gritou.

Porque o nosso Estado e a

nossa Sociedade só olham para os jovens quando eles fazem ouvir, em voz bem alta, o conjunto das suas dificuldades e fazem sentir a necessidade de resolvê-los.

Mas também porque não podemos correr o risco da nossa voz ser abafada pelo ruído da expressão dos interesses de outros grupos sociais, sufocada por quem não tem interesse em permitir a livre expressão das nossas ideias e projectos ou diluída com vozes de quem paternalisticamente reconhece aos jovens o direito de falar mas não o de condicionar e decidir.

E é pois o momento de gritar, porque neste singular momento histórico, ao apostar-se na modernização do País, na melhoria das suas estruturas e no investimento da reforma do sistema educativo, joga-se parte substancial do futuro de muitas gerações, entre as quais a nossa.

É o momento de gritar, porque seremos nós a sofrer o choque do mercado único e as consequências da integração

na Comunidade europeia, constitua ela um êxito indiscutível ou venha a revelar-se um processo com excessivos vicissitudes e riscos.

É o momento de gritar, porque é indispensável lançar avisos ao nosso partido sobre a sua organização interna e a sua vitalidade, recordando que o Partido não se deve esgotar no Governo, antes tem de ter vida própria e prosseguir os seus objectivos próprios.

É o momento de gritar, porque não podemos deixar de continuar a alertar o Governo, acompanhando permanentemente a execução das suas políticas e aferindo-as com o quadro definido pelo nosso próprio modelo do desenvolvimento e da modernização do País.

É o momento de gritar, porque há jovens que ficam em casa e receiam ou reagem com indiferença à necessidade de participar na vida colectiva e na construção da Sociedade em que vão querer viver.

É o momento de gritar, porque há que cerrar fileiras em torno dos grandes desafios da JSD, a aprovar pelo Congresso, e da mobilização da máquina interna para a sua concretização e ainda para a resposta aos confrontos eleitorais das autarquias locais e do Parlamento Europeu.

Por isso, propõe-se ao Congresso um quadro de referência com o balizamento estratégico da JSD nas sete áreas da sua intervenção e a identificação de quatro grandes desafios que devem comprometer todos e cada um dos militantes da JSD.

Porque, ao aceitarmos estes desafios, estamos a responder à altura das nossas responsabilidades como a maior organização da juventude portuguesa e a fazer ouvir, bem alto e como nos compete, o nosso

GRITO DE GERAÇÃO

II SETE ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A JSD FACE AO PODER PRINCÍPIO

O VIII Congresso Nacional reafirma a sua convicção de que o combate político da JSD só é plenamente construtiva e consequente na medida em que consiga influenciar e exercer descomplexados e responsabilmente o Poder.

Mas o VIII Congresso Nacional não pode deixar de realçar, uma vez mais, o inconformismo e a postura saudavelmente crítica e contestatária que uma organização de juventude como a JSD sempre deve manter e de que nunca deve abdicar.

DESAFIOS E POSTURAS

1. Dizer não ao imobilismo

Na linha deste princípio, a JSD aposta(ra sempre no incentivo à participação dos seus militantes em todos os níveis do Poder, procurando garantir uma mais atempada e eficaz adaptação das medidas que defende, sem com isso recuar transformar-se numa nova e actualizada versão do imobilismo oficial que contesta, na lógica de que não aceita exercer o Poder apenas para justificar a necessidade de nele se auto-perpetuar.

A JSD mantém, pois, firme o propósito de contrair este imobilismo, que tão frequente e oportunisticamente se oculta sob a capa da mudança e da modernização, e não deixará, nesta linha, de contribuir, com a mesma postura inconformista que já antes soube traduzir no debate das ideias, para a alteração qualitativa no modo de exercer o Poder.

2. Uma nova geração no poder

É ainda com este objectivo que a JSD se empenhará em alargar e consolidar o espaço da nova geração ao nível do Poder, na certeza de que assim, não só promoverá o rejuvenescimento do tecido político, como sobretudo precipitará a mudança de mentalidades, que cada vez mais se impõe sempre que se adia a mudança das próprias estruturas do poder do Estado.

3. O Estado Regionalizado

Neste aspecto, cabe reforçar que a JSD, ao contrário de outros na sociedade portuguesa e mesmo no PSD, que aliás tem sido orgulhosamente o maior defensor do Poder Local e da Regionalização, não deixará de continuar a apostar em coerência e por convicção da construção de um Estado mais livre e participado, como é a edificação do Estado Regionalizado.

4. Urgência da reforma administrativa

Mas isso não impedirá que até lá, a JSD continue a reclamar a urgência de proceder à reforma administrativa, no sentido do aperfeiçoamento dos mecanismos que conduzem no Estado à tomada de decisões e sua posterior execução, da progressiva simplificação da burocracia e da maior celeridade dos processos e, em última instância, de uma melhor adequação dos serviços do Estado às necessidades de desenvolvimento e de modernização que, antes de mais, devem ser protagonizadas pelos agentes sociais e económicos.

5. O protagonismo da sociedade civil

A JSD continua pois a acreditar que é às forças sociais e

económicas que compete predominantemente, e na lógica social-democrata, liderar o processo de modernização do País, e, nesta medida, não pode deixar de louvar a atitude não dirigista e anti-estatizante que o Governo presidido pelo Prof. Cavaco Silva tem assumido, nomeadamente ao demonstrar que está mais vocacionado para garantir e promover as condições necessárias à plena integração de Portugal no Mercado Comum, do que arvorar-se ele mesmo em arquitecto da transformação ou substituí-lo a todo o tecido social no protagonismo deste desafio.

6. Lutar contra a corrupção

A JSD alerta para a necessidade de um forte empenhamento colectivo no combate aos processos e fenómenos de menor transparência que proliferam a todos os níveis da sociedade e, particularmente, junto das instâncias de Poder. Para tanto torna-se igualmente necessário pôr cobro ao ambiente de impunidade que continua a viver-se não obstante os procedimentos judiciais conhecidos a propósito da utilização fraudulenta de alguns fundos comunitários. Há que prosseguir esse esforço de forma a que ele mesmo funcione como elemento dissuasor e prosseguir as investigações de forma a identificar os chefes das redes que por vezes se sentam em lugares de grande responsabilidade.

7. Consolidar a autonomia dos Açores e da Madeira

A JSD que, com renovado orgulho e satisfação, reconhece a importância e o valor das experiências autonómicas lideradas pelos sociais-democratas, aliás ainda há pouco tão expressivamente sufragadas pelas populações dos

Continua na página 10



À esquerda, Carlos Coelho conversa animadamente com o Presidente do PSD — Prof. Cavaco Silva. À direita, uma vista parcial da sala onde decorreu o VIII Congresso Nacional.

NOVOS ÓRGÃOS NACIONAIS

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente — Miguel Macedo
 Vice-Presidente — José Coito Pita
 Vice-Presidente — Mário Maciel
 Secretário — Luis Fernando B. Silva
 Secretário — Pedro Gomes

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Presidente — Carlos Coelho
 Vice-Presidente — Pedro Passos Coelho
 Vice-Presidente — José Meireles
 Vice-Presidente — João Granja
 Secretário-Geral — Miguel Relvas
 Vogais: — António Balão
 — Firmino Pereira
 — João Prata
 — Jorge Costa
 — Luis Monteiro
 — Nuno Silvestre e
 Raúl Gonçalves

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Francisco Nogueira Leite
 Maria do Céu Ramos
 Maria João de Mello Vieira
 Carlos Figueiredo
 Pedro Portugal Gaspar

CONSELHO NACIONAL

- 1 — Pedro Vinha
- 2 — Luís Barros Figueiredo
- 3 — Miguel Albuquerque
- 4 — João Álvaro Poças
- 5 — Rui Melo
- 6 — António Pinheiro
- 7 — Manuel Antero Pinto
- 8 — José Manuel Camarinha Lopes
- 9 — Pedro Rocha
- 10 — Pedro Almeida Gonçalves
- 11 — Nuno Morais Sarmento
- 12 — Nuno Morais Sarmento
- 13 — Luís Artur Ribeiro Pereira
- 14 — Victor Raposo
- 15 — José Luís Oliveira
- 16 — Luís Manuel Carlos Simões
- 17 — Amílcar Mourão
- 18 — Victor Gonçalves
- 19 — José Cancela de Moura
- 20 — Feliciano Barreiras Duarte
- 21 — António Januário
- 22 — Paulo Serrano
- 23 — Fernando Jacob
- 24 — Paulo Bento
- 25 — Jorge Catrau
- 26 — José Paulo Bráz
- 27 — José Pedro Magalhães
- 28 — Hermínio José Sobral Loureiro
- 29 — Fernando Tinta Ferreira
- 30 — Diogo Vasconcelos

RESULTADOS DAS MOÇÕES

MOÇÕES DE ESTRATÉGIA GLOBAL		
A	Aprovada	—
B	—	Rejeitada
C	—	Rejeitada

MOÇÕES SECTORIAIS		
A	Aprovada a)	—
B	—	Rejeitada
C	Aprovada	—
D	Aprovada	—
E	Aprovada	—
F	Aprovada	—
G	Aprovada	—
H	Aprovada	—
I	Aprovada	—
J	Aprovada a)	—
L	Aprovada	—
M	Aprovada a)	—
N	Aprovada	—
O	Aprovada	—
S	Aprovada	—
T	Aprovada	—

a) As moções A, J e M foram aprovadas com emendas.

RESULTADOS ELEITORAIS

	Mesa do Congresso	Comissão Política Nacional	Conselho de Jurisdição Nacional	Conselho Nacional
A	315	404	366	379
B	—	—	133	121
BRANCOS	194	82	5	6
NULOS	6	19	1	—



BATALHA

Nos termos do disposto dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco um plenário da JSD da Batalha para o dia 12 de Novembro, pelas 15 horas, na Sede local do PSD, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação do Regulamento Interno;
- 2 — Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 3 — Eleição da Comissão Política de Secção;
- 4 — Reflexão sobre o VIII Congresso Nacional da JSD;
- 5 — Outros assuntos de interesse para a secção.

P'la CPS/JSD da Batalha
Rui Frazão Batista dos Santos
(Presidente)

CESD — BEJA

A CESD de Beja convoca os seus membros para reunião com ponto único de eleição de representantes ao Conselho Distrital, a realizar no sábado, 5 de Novembro de 1988, pelas 14.30 h., na Sede sita à Rua Maestro Sousa Morais.

António Reis Pereira
(Director da CESD)

ESTARREJA

Ao abrigo do disposto no artigo 72.º dos Estatutos Nacionais, convoco o Plenário de Secção da JSD de Estarreja para uma reunião extraordinária a realizar no dia 12 de Novembro, pelas 20.30 h., na Sede concelhia do PSD sita na Rua Jornal de Estarreja, 109, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Eleição do Núcleo Estudantil da JSD da Escola Secundária de Estarreja;
- 3 — Eleição dos Núcleos de Freguesia da JSD, das freguesias de Fermelã, Salreu e Veiros.

O Presidente da CPS
António Simões Pinto

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocamos os militantes da JSD da Freguesia de Gondomar — S. Cosme — para um plenário a realizar em 6 de Novembro de 1988, pelas 10 h., na Sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Eleição da Comissão Política de Núcleo

O Presidente da CPS da JSD
Maria Margarida Torres

PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrática — JSD, convoco V. Exa. na qualidade de militante pertencente à JSD de Proença-a-Nova, para uma reunião que terá lugar na Sede do PSD em Proença-a-Nova, no próximo dia 17 de Novembro (quinta-feira) de 1988, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Análise da situação Política Concelhia;
- 3 — Eleição para os diversos Órgãos Concelhios da JSD, respectivamente:

a) Comissão Política;
b) Mesa da Assembleia Concelhia
c) Delegados ao Concelho Distrital

Informo todos os militantes da JSD, de que no dia 17.11.88 — Dia das Eleições da JSD — encontrar-se-á aberta, a partir das 14.30 horas, na Sede do partido em Proença-a-Nova — Rua da Igreja n.º 10 (1.º andar) a única mesa de Voto, aonde poderá V. Exa. exercer desde logo o seu direito de voto. A mesa de voto será presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Concelhia, ou por quem este designar, e estará aberta até às 22 horas desse dia.

As listas concorrentes deverão ser enviadas para a Sede do PSD pelos CTT até ao próximo dia 10 de Novembro de 1988, dirigidas ao: Exm.º Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Concelhia da JSD. Não se aceitam listas após aquela data.

O Presidente da Mesa da Assembleia
concelhia da JSD
João José M. Simões

UM GRITO DE GERAÇÃO

Continuação da página 8

Açores e da Madeira, não quer também uma vez mais deixar de afirmar a sua disposição de, em todas as instâncias, contribuir para o reforço das autonomias e para a consolidação e aprofundamento das suas experiências, que tão saudavelmente têm contribuído para o enriquecimento e fortalecimento da unidade nacional.

8. Presidente da República

A JSD, consciente da sua posição no seio das organizações de juventude, continuará a manter um diálogo democrático com o Presidente da República não só na medida em que este é o Chefe de Estado e o primeiro garante do normal funcionamento das instituições mas também como expressão do respeito que nos merece o modo digno como até agora exerceu as suas funções constitucionais.

9. Assembleia da República

A JSD continuará, através dos seus Deputados, a intervir responsável mas decisivamente na Assembleia da República, no sentido de dar expressão aos interesses e preocupações dos jovens portugueses, e defender a modernização e desenvolvimento do País. A JSD empenhar-se-á em reforçar o prestígio da Assembleia da República, defenderá todas as medidas que forem tomadas no sentido de a dotar de melhores e mais modernas condições de trabalho e promoverá mecanismos que estreitem o contacto entre jovens deputados e eleitores jovens.

10. Apostar no sector educativo

A JSD não hesitará em, publicamente, suportar a aposta política do Governo em eleger a Educação como área prioritária para o desenvolvimento nacional, colaborando com o Ministro da Educação na concepção e implementação de uma Reforma do Sistema Educativo que dê resposta aos anseios de modernização e na qual os estudantes possam participar consequentemente.

11. Uma acção mais firme na área do emprego

A JSD será particularmente exigente no que concerne à criação de emprego para jovens, no entendimento que é indispensável à completa inserção na sociedade que lhes seja permitida a realização profissional, desiderato que as estatísticas, com o trabalho precário e diversos programas ocupacionais não têm permitido avaliar correctamente.

A JSD clamará contra o atraso na aprovação de medidas que evitem a abusiva utilização de cursos de formação profissional para a exploração de mão-de-obra, e que obriguem a uma maior conformidade entre as políticas de formação e as necessidades do mercado de emprego e do desenvolvimento regional.

12. A política global e integrada de juventude

A JSD, sensível à maior dignificação que na estrutura do

Governo foi conferida às questões de juventude, não quer ainda deixar de, mais um vez, expressar o seu apoio ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete do Ministro Adjunto e da Juventude.

De facto, a JSD não pode deixar de realçar o valor e a oportunidade dos programas lançados bem como de subscrever a preocupação em garantir uma dotação orçamental progressivamente mais adequada aos objectivos da política de juventude e a criação de uma estrutura, cogerida pelos jovens, que a alicerce.

Mas a JSD não pode deixar de recordar que o seu entendimento de uma Política Global e Integrada pressupõe a eficaz e correcta interpretação das políticas sectoriais que mais directamente estão relacionadas com a Juventude, pelo que entende dever ser reforçado o papel de coordenação do Ministro Adjunto e da Juventude, sob pena de ver esvaziada em medidas avulsas e desgarradas, uma das políticas que foi bandeira dos X e XI Governos Constitucionais.

13. Revisão Constitucional

O Congresso saúda o esforço sério de vários meses produzido pela Comissão eleita em Conselho Nacional para a elaboração da proposta de Revisão Constitucional da JSD que foi parcialmente acolhida no projecto do PSD, lamenta a não aceitação de diversas propostas e manda a Comissão Política Nacional para determinar o comportamento dos Deputados da JSD nas matérias em que, como no Serviço Militar, as posições entre o PSD e a JSD são diametralmente opostas.

B

A JSD FACE AO PARTIDO PRINCÍPIOS

O VIII Congresso Nacional recorda que o posicionamento da JSD face ao PSD é o da autonomia, enquadrada política e ideologicamente pela Social-Democracia.

DESAFIOS E POSTURAS:

1. JSD, consciência crítica do PSD

A JSD sempre se reclamará do estatuto de consciência crítica do PSD na firme convicção de que, para além do papel determinante que se empenha no rejuvenescimento do Partido, reforça o seu dinamismo quando responsabilmente propõe as novas soluções, criativamente levanta os novos problemas e corajosa e saudavelmente ergue uma nova voz em denúncia do que contribui para a descaracterização do Partido que fomos e somos e não abdicamos de continuar a ser.

2. Revisão do programa do Partido

A JSD retomará a iniciativa proposta em 1984 ao Congresso Nacional do PSD de, num esforço participado por todas as estruturas do Partido, se repensar criticamente o seu

Programa de forma a, respeitando e reafirmando os princípios basilares da Social-Democracia, encontrar o corpo doutrinar e de prática política que dê resposta, em Portugal, aos desafios da modernidade.

3. Recursos humanos do PSD

A JSD alertará o Partido e a todos os níveis da sua estrutura contribuirá, para que haja melhor critério no enquadramento interno dos seus quadros e exige rigor na selecção dos seus candidatos a actos eleitorais ou de nomeação.

Para tanto, a JSD entende fundamental que um Partido do Poder disponha de uma estrutura de quadros e defenda, por isso, a urgente revitalização do Gabinete de Estudos Nacional do Partido que, entre outros objectivos se mantenha atento às novas correntes de opinião e suscite a colaboração de novos valores em cada uma das áreas em que desenvolver a sua actividade.

4. Revitalização do Partido

A JSD lutará contra o enfraquecimento e cristalização do Partido que a falta de iniciativa da oposição e as características conjunturais do Poder ajudam a agravar.

Contra o perigo de anquilosamento, responderá a JSD com maior criatividade e novos desafios; contra o da fulanização, com a revalorização do projecto social-democrata; contra o risco da centralização, com a experiência da força de um Partido que ganhou a sua projecção e a sua influência na diversidade das suas estruturas e, sobretudo, na iniciativa e no valor dos seus militantes. A JSD entende que há que valorizar o papel das estruturas regionais e locais como espaço próprio e digno de intervenção social e política e não como mera peça na escala organizacional do aparelho do Partido.

A JSD entende que o PSD deve continuar a ser o condutor da iniciativa política no País, procurar introduzir inovação no sistema democrático e potenciar a diversidade das suas estruturas e militantes, incluindo a diferença de posicionamentos políticos e o salutar confronto de ideias e opiniões, como factor de reforço da sua unidade.

5. Formação/Informação no PSD

A JSD contribuirá com todos os esforços para reanimação das acções de formação política dentro do PSD e da JSD e defenderá a criação de canais de comunicação dentro do Partido que, de uma forma sistemática e regular, permitam às suas estruturas o acompanhamento das decisões do Governo e a percepção crítica das suas fundamentações.

6. Participação eleitoral

A JSD colaborará sempre com o Partido na preparação dos desafios eleitorais e na execução das respectivas campanhas, sem abdicar das crescentes responsabilidades na elaboração das propostas eleitorais e no recrutamento e selecção dos seus intérpretes.

7. Autonomia da JSD

A JSD preservará intransigentemente a sua autonomia, origem da força e credibilidade de que vem dando sobejas provas ao longo dos anos e lutará para que o Partido, além dos meios necessários à sua acção, reponha o enquadramento estatutário anterior à definição da JSD como organização especial a par dos PSD's.

8. Presidente do Partido

A JSD colaborará com lealdade com os órgãos nacionais do Partido e com o seu líder, Prof. Cavaco Silva, no sentido de manter a posição do PSD no leque partidário nacional e reforçar o seu papel liderante na modernização da sociedade portuguesa.

A JSD regista o texto das deliberações do último Congresso Nacional do Partido sobre a sua organização de juventude e o papel dos jovens, que marca uma reaproximação com as posições por si defendidas e abre espaço para um fundado optimismo no desenvolvimento das relações mútuas.

C

A JSD FACE ÀS OUTRAS O.J.'s

PRINCÍPIO:

O VIII Congresso Nacional, consciente da existência de amplos consensos, que ajudou a formar, quanto às principais dificuldades que afectam a juventude portuguesa, reafirma a necessidade de estreitar relações com as diferentes organizações representativas, designadamente da área democrática, com o objectivo de, através da troca de ideias e experiências e da realização de acções comuns, construir uma força social de intervenção que faça respeitar a voz dos jovens, para além das conjunturas políticas.

DESAFIOS

E POSTURAS:

1. Fortalecimento do associativismo juvenil

A JSD contribuirá, como maior Organização da Juventude Portuguesa, para o incremento da participação dos jovens e fortalecimento da sua consciência social, procurando assim promover e participar em todas as acções e esforços que favoreçam a identificação dos anseios comuns aos jovens, designadamente potenciando a evolução positiva que resulta do enquadramento legal e apoio financeiro que este Governo assegura ao associativismo juvenil.

A JSD lutará por um aumento dos meios disponíveis para o fomento do associativismo, defenderá a revisão dos critérios do Registo Nacional de Associações Juvenis e pugnará por atribuir às associações locais e regionais direitos de participação efectiva na gestão dos espaços, mecanismos e meios de apoio às organizações juvenis.

(conclusão no próximo número)

Relativamente à média do 1.º semestre

Défice comercial diminuiu em Julho cerca de 30 milhões de contos

A diminuição do défice, que se pode verificar através dos dados divulgados na semana passada pelo Instituto Nacional de Estatística, é tanto mais importante quando se verifica que desde Abril aquele indicador iniciou uma descida assinalável (ver quadro).

A evolução do défice comercial, em sentido descendente, fortalece a ideia de que as exportações portuguesas podem aumentar o seu ritmo de crescimento a níveis superiores ao ritmo de crescimento das importações.

Recorde-se que durante os primeiros sete meses deste ano, as exportações portuguesas tiveram um crescimento percentual mais acentuado que as importações, tendência que parece continuar a manter-se nos tempos próximos. Em termos nominais, no entanto, as importações portuguesas cresceram mais do que as exportações, conforme se adivinha. Disto falaremos adiante.

Relativamente à diminuição do défice comercial em Julho, e que representa como se disse um inversão que deverá continuar, ele justificou-se nomeadamente pelo fortalecimento

das exportações portuguesas, que registaram forte acréscimo naquele mês ao atingirem os 145 milhões de contos enquanto a média mensal de Janeiro a Junho deste ano se situou em cerca de 117 milhões de contos.

Deste modo, o défice comercial relativo ao sétimo mês de 1988 foi de 32,425 milhões de contos, ou seja, cerca de metade relativamente à média dos meses anteriores (que foi de 60,049 milhões de contos). Entretanto, nos primeiros

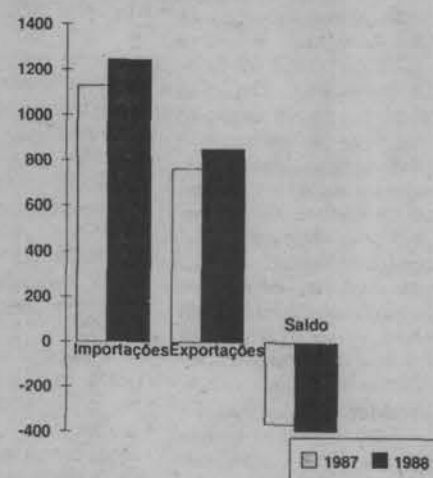
positivo do andamento da balança comercial, no rumo de deixar os défices.

As exportações cresceram 11,5 por cento (de 763,5 milhões em 1987 para 851 milhões de contos em 1988) e as compras portuguesas ao estrangeiro tiveram um acréscimo de 10,2 por cento (de 1.128,5 milhões de contos em 1987 para 1.243,7 milhões em 1988).

A evolução das importações e exportações, com o melhor comportamento das últimas em termos percentuais, originou mesmo assim o aumento do défice comercial global em 7,6 por cento. No entanto, a taxa de cobertura melhorou, fixando-se em 68,4 por cento, uma subida comparativamente à taxa de 67,7 por cento dos primeiros sete meses de 1987. A subida da taxa de cobertura este ano deveu-se particularmente aos resultados das exportações conseguidos em Julho.

Em termos de dólares americanos, as importações portuguesas subiram no período em causa 11 por cento, as exportações cresceram 12,4 por cento e o défice comercial global (de todos os sete meses deste ano

Balança comercial de Janeiro a Julho (em milhões de contos)



por oposição a igual período do ano passado) teve um agravamento de 8,1 por cento.

Os principais fornecedores de Portugal, representando 65,4 por cento do total das importações, foram, no período em análise e por ordem decrescente, a Espanha (168,8 milhões de contos), RFA (153,8), França (150,9), Itália (121,3), Reino Unido (99,2), EUA (60,4) e Holanda (58,4 milhões de contos).

Os principais clientes de Portugal, segundo a mesma metodologia, foram a França (139,5 milhões de contos),

RFA (123,4), Reino Unido (120,0), Espanha (96,2), Holanda (50,7) e EUA (47,1 milhões de contos). Estes valores corresponderam a 67,8 por cento do total das exportações portuguesas.

Os maiores défices comerciais registaram-se com a Itália (87,8 milhões de contos), Espanha (72,5), Japão (38,4) e RFA (30,4). Por outro lado, foram registados saldos positivos (superávits) com o Reino Unido (20,7 milhões), Suécia (13,3), Dinamarca (10,7), Angola (9,3) e Finlândia (7,2 milhões de contos).

FEDER e Valoren atribuem 16,3 milhões

Portugal vai receber cerca de 16,3 milhões de contos, com origem no FEDER — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e no Programa Valoren, destinados a financiar diversos projectos de investimento no domínio das infraestruturas e de poupança de energia.

O FEDER vai contribuir com cerca de 14 milhões de contos (82 milhões de ECU's) para apoiar 463 projectos já aprovados pela Comissão Europeia.

Por outro lado, a Comissão Nacional do Programa Valoren aprovou, na semana passada, em Coimbra, o financiamento de vários projectos de entidades públicas e privadas, cujo montante total ascende a 2,3 milhões de contos.

A atribuição do FEDER, a sexta concedida a Portugal desde o início deste ano, diz apenas respeito a projectos de investimento em infraestruturas, na sua maioria sob a responsabilidade de municípios (68 por cento) e cujo custo seja inferior a cinco milhões de ECU's.

São prioritárias as infraestruturas no domínio hidráulico e dos transportes que, no conjunto, recebem cerca de 83 por cento do valor total.

Além daquelas áreas, foram também concedidas 110 mil contos para a construção do Centro de Metalurgia e de Ciências dos Materiais da Universidade do Porto, 114 mil contos para a construção de um pavilhão polivalente na Feira Industrial de Lisboa e ainda 201 mil contos para apoiar a edificação de pavilhões na zona industrial de Canela (Região Autónoma da Madeira).

Com os subsídios agora atribuídos pelo FEDER, as contribuições daquele fundo ao nosso País atingem já 62 milhões de contos em 1988, o que representa quase o dobro do concedido em igual período do ano passado.

Relativamente ao Programa Valoren, os projectos aprovados representam um montante global de investimento que se situa em cerca de cinco milhões de contos: 2,5 milhões em relação a projectos públicos e outro tanto que diz respeito a projectos privados.

Nos projectos públicos aprovados, a participação do Programa Valoren soma cerca de 1,5 milhões de contos.

Em relação aos projectos privados, que beneficiam do programa através do

Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia (SIURE), o volume de co-financiamento ascende a 880 mil contos.

Neste campo, são apoiados projectos cuja finalidade é a poupança de energia e o desenvolvimento de sistemas energéticos alternativos ao petróleo.

Sobre os projectos públicos, a região do Algarve apresentou aquele que foi considerado «o mais inovador em termos nacionais» — um projecto de produção de electricidade a partir da utilização da energia eólica.

Recorde-se que Portugal pode beneficiar da totalidade de 10 milhões de contos, no quadro do Programa Valoren, cujo período de aplicação decorre de 1987 a 1991.

Por outro lado, o Conselho de Ministros da CEE vai, em breve, examinar as propostas da Comissão relativas ao reforço das verbas do FEDER, FEOGA (orientação e garantia agrícola) e FSE (Fundo Social Europeu), cujos montantes poderão duplicar, beneficiando até 1992 as regiões mais desfavorecidas da Comunidade Europeia, onde se inclui Portugal.

Governo apoia sector mineiro

O Governo concedeu na semana passada um apoio financeiro, no valor de 30 mil contos, a sete empresas mineiras do subsector do estanho e do volfrâmio que tinham a sua actividade suspensa desde 1986.

O apoio financeiro, que foi atribuído em cerimónia presidida pelo secretário de Estado da Energia, Nuno Ribeiro da Silva, destina-se a suportar os

encargos materiais das empresas mineiras entre o período de suspensão de actividade e o desbloqueamento de verbas concedidas em Conselho de Ministros de Setembro de 1986.

A situação de crise que se verifica há já alguns anos naquele subsector mineiro levou o Conselho de Ministros a estabelecer protocolos com vista à participação do Estado nas

despesas de manutenção e detecção de novas oportunidades de exploração na indústria extractiva.

O actual esquema de apoio, a terminar no final deste ano, poderá eventualmente vir a ser prolongado em 1989 mas a extensão dos apoios a conceder depende do «estudo de avaliação técnico-económico» das empresas, que está ainda a decorrer.

Privatizações avançam

(Continuação da pág. 1)

A Tranquilidade ocupou, em 1987, o quarto lugar no conjunto da actividade seguradora, com uma quota de mercado de 10,56 por cento. Relativamente à produção, os prémios de seguro directos ascenderam a 14,5 milhões de contos.

A Aliança Seguradora detinha, em 1987, a sexta posição, com uma quota de mercado de 7,92 por cento no conjunto de actividade. Os prémios de seguro somavam 10,8 milhões de contos.

Esta companhia é essencialmente forte no ramo Vida (segunda posição, com 12,07 por cento da quota de mercado). No sec-

tor de acidentes e doença mantinha, em 1987, a quarta posição (10,86 por cento do mercado e 4,47 milhões de contos de prémios). No sector de incêndios detinha a quinta posição, tal como no sector automóvel (11,67 por cento do mercado e 5,1 milhões de contos de prémios).

A segunda seguradora é particularmente forte no ramo automóvel (sexta posição, com 10,25 por cento do mercado e 4,5 milhões de contos em prémios) e mantém também a sexta posição nos ramos de acidentes e doença (8,52 por cento de quota de mercado) e incêndio (1,65 milhões de contos em prémios para uma quota de 7,95 por cento).

O Conselho de Ministros decidiu igualmente mandar o ministro da Indústria e Energia, Luís Mira Amaral, para efectuar diligências com vista à constituição de uma sociedade para gerir os Estaleiros da Setenave.

A sociedade deverá ser constituída pela Setenave, Lisnave e outros operadores privados interessados em recuperar a empresa de construção naval.

O porta-voz do Conselho de Ministros, Fernando Nogueira, esclareceu na ocasião que a Setenave poderá liderar ou não a nova sociedade a constituir. Poderá também vir a alienar posteriormente o capital que venha a subscrever na nova empresa.

Miguel Cadilhe responde à interpelação do PS

Contra factos não há discursos

A oposição quer fazer crer na *unicidade* dos objectivos económicos do Governo e não cessa de bradar que para o Governo «a inflação é tudo, tudo o resto é nada». Demos provas irrefutáveis do contrário. Demo-lo com factos. E agora demo-lo mais uma vez, nas respostas a esta interpelação, disse o ministro das Finanças no encerramento do debate parlamentar aberto pelo Partido Socialista sobre a inflação.

Miguel Cadilhe, depois de aceitar a *débito* o andamento menos bom da inflação contra o *crédito* nos outros indicadores da economia como o emprego, o investimento, as finanças do Estado ou as contas externas, que deixou expressos em vários registos para os deputados poderem proceder muito justamente a um balanço, afirmou de modo claro que desde meados de 1986 o Governo decidiu expressamente fazer uma inflexão da estratégia macroeconómica mais no sentido do emprego e da modernização. «Foi uma questão de grau e de gradualismo», disse. Aliás a nossa «estratégia de progresso controlado» é isso mesmo!

A fatalidade da inflação e dos seus ciclos viciosos, disse o ministro das Finanças no outro ponto do seu discurso, nunca foi consequentemente combatida por uma estratégia pluri-anual anti-inflacionista quer antes da democracia quer com a democracia, salvo desde 1986, inclusive.

Também o embaratecimento artificial da dívida pública terminou em 1986, inclusive. A taxa de juro implícita na dívida interna passou a estar

acima da taxa de juro líquido do depósito a prazo de 6 meses.

Por outro lado, disse ainda Miguel Cadilhe, a conjugação da baixa de desemprego e a baixa da inflação é, do ponto de vista técnico e teórico, extremamente difícil. Portugal conseguiu-o no triénio 1986-88. Portugal está próximo da situação invejável de «pleno emprego» dos recursos humanos, tendo em conta que a taxa «natural» de desemprego no nosso País não andará muito longe do actual nível dos 6 por cento.

Os factos são como são e contra factos não há discursos, disse o ministro Miguel Cadilhe, convidando os deputados, como melhor resposta a dar à interpelação do Partido Socialista, a «revisitar» os últimos seis anos em Portugal.

A «revisita» foi feita nos seguintes oito passos.

*Desemprego

No triénio 1983-85, o desemprego médio anual *aumentou* uns 40 por cento como estimativa, embora a quebra estatística não permita um cálculo seguro (relativamente à média do triénio anterior).

No triénio 1986-88, conseguimos *reduzir* o desemprego médio anual em 16 por cento relativamente à média do triénio anterior.

Em 1985 o desemprego atingiu o *nível mais elevado* dos últimos 10 anos.

Em 1988, o desemprego atingiu o *nível mais baixo* dos últimos 10 anos.

*Inflação

No triénio 1983-85, a taxa de inflação total, em média anual, quase 25 por cento. Ou seja, *mais 5 pontos acima* do



O Governo não tem unicidade de objectivos económicos

triénio imediatamente anterior.

No triénio 1986-88, foi apenas 10 por cento. Ou seja, *menos 15 pontos abaixo* do triénio imediatamente anterior.

Mas há mais. Falemos do desvio entre inflações «esperadas» e «verificadas».

No triénio 1983-85, o desvio acumulado entre as metas do Governo e a inflação *a posteriori* foi 14 pontos, ou seja, a inflação no fim do triénio estava, de facto, 14 pontos acima do projectado.

No triénio 1986, o mesmo desvio acumulado cifra-se entre 2 e 3 pontos, ou seja, a inflação no fim do triénio estará apenas 2 a 3 pontos acima do projectado.

*Salários reais

Se a inflação e o desemprego andaram como andaram nos triénios 1983-85 e 1986-88, o contraste foi ainda pior quando analisamos os salários.

No triénio 1986-88, conseguimos que os salários tenham um *ganho real* de 10,6 por cento acumulado, com acréscimos reais em todos os anos: 4,6 por cento em 1986, 4,2 por cento em 1987 e 1 a 2 por cento em 1988.

Aliás, verifica-se uma certa correlação estatística entre, por um lado, Governos de liderança socialista e, por outro lado, perdas dos salários reais.

Já no triénio 1976-78 os salários haviam sofrido uma *perda real* de 13 por cento.

*Função Pública

No triénio 1983-85, os funcionários públicos viram o seu poder de compra sofrer uma *perda real* de 16 por cento (acumulado).

No triénio de 1986-88, os funcionários públicos têm um *aumento real* de mais de 7 por cento (acumulado). Inclui, em 1988, a actualização salarial de 6,5 por cento mais a remuneração extraordinária de 1,5

por cento recentemente anunciada, mais a redução do horário de trabalho de 36 para 35 horas cobrindo 1/2 ano.

Ao mesmo tempo, conseguimos introduzir, finalmente, a tributação na Função Pública. Passamos a tratar os funcionários públicos sem qualquer *segregação fiscal* frente aos demais trabalhadores portugueses. Mas fizemo-lo com compensação dos encargos fiscais emergentes.

*Carga fiscal sobre o trabalho

No triénio 1983-85 ocorreu, no conjunto dos anos, um *pesado agravamento fiscal*. Houve a singularidade da criação de um «imposto extraordinário» sobre os salários em 1983. E com a inflação a pifar os 25 ou os 30 por cento o Governo quase não procedeu à actualização dos escalões do Imposto Profissional, nem em 1983, nem em 1984. No triénio 1986-88, pelo contrário, ocorre um *significativo desagravamento fiscal e parafiscal*. As taxas do Imposto Profissional foram reduzidas em 2 pontos. A Taxa Social Unica foi reduzida em 0,5+0,5 pontos.

*Investimento

É, sem dúvida, um dos melhores sinais de confiança na economia portuguesa.

No triénio 1983-85, a FBCF tocou no fundo, *caíndo 26 por cento em valores reais* (acumulados).

No triénio 1986-88, a FBCF muito mais do que recupera aquela brutal queda do triénio anterior. Apresenta um *crescimento real* acumulado de 49 por cento.

*Disciplina orçamental do Estado

No triénio 1983-85, o OE fechou com *défi*ce sempre su-

perior ao inicialmente orçamentado. As derrapagens orçamentais atingiram, em média, mais 26 por cento do *défi*ce inicial.

No triénio 1986-88, pelo contrário. O OE *fecha sempre abaixo do défi*ce inicial. Em média, a economia do *défi*ce inicial ascende a 2,5 por cento.

Em termos de *défi*ce global do Sector Público (SPA), as necessidades de financiamento do Estado ultrapassaram os 20 por cento do PIB no triénio 1983-85. Um peso insustentável.

Estão agora, no triénio 1986-88, em *menos de metade* com percentagem do PIB.

*Dívida externa

No triénio 1983 85, a dívida externa *ultrapassou os 80 por cento do PIB*. E atingiu o peso relativo mais elevado desde sempre (90 por cento), pelo menos até onde chega a nossa memória.

No triénio 1986-88, a dívida externa *está em apenas 47 por cento do PIB*, em média.

E em 1989 estará em torno dos 40 por cento, ou mesmo abaixo.

Outros indicadores poderiam ser apresentados, atestando a melhoria da situação da economia portuguesa, concluiu Miguel Cadilhe.

O que se passou em 1983-85 foi um erro de doseamento da política económica, com uma *depressão provocada* que levou a Economia portuguesa a «bater no fundo». Foi um erro de «overdose», que, aliás, foi diagnosticado por diversos observadores em devido tempo.

INTERESSES REGIONAIS

Conservatório do Algarve: baluarte de Cultura

A região do Algarve, por razões exógenas e necessariamente circunstanciais, resultantes do imperdoável abandono a que foi votado durante séculos, é, do ponto de vista cultural e arquitectónico, a parcela mais indigente do território nacional e, infelizmente, pouco se tem feito para recuperar desse atraso que os homens e as instituições têm, com alguma complacência, continuado a admitir e a consentir.

Trata-se de uma área que os algarvios não podem nem devem descurar, disse no plenário o deputado social-democrata Cristóvão Guerreiro Norte, solicitando e alertando as entidades governamentais para a extrema necessidade de superar esta grave lacuna que alguns designam com alguma propriedade «o vazio cultural do Algarve».

Por outro lado o Algarve tem sido submetido, nos últimos 20 anos, a uma descaracterização contínua e agressiva,

inevitavelmente provocada pelo choque convulso dos milhões de turistas que vêm devassando inapelavelmente os seus usos e costumes.

É preciso inverter rapidamente esta dramática situação, prosseguiu aquele deputado, e o Conservatório Regional do Algarve tem desempenhado um papel extraordinariamente positivo no rompimento da endémica inércia que tem caracterizado os algarvios no plano cultural, motivando-os e incutindo-lhes o interesse pelas artes, incentivando o seu ensino e cultura e sobretudo imprimindo uma dinâmica que tem feito despertar nas camadas mais jovens o gosto pelas actividades artísticas, conseguindo mesmo sensibilizar os seus progenitores para a necessidade de preservar e acautelar o nosso património cultural.

O Conservatório Regional do Algarve, que iniciou a sua actividade em 1972, tem nestes 16 anos constituído um símbolo e uma bandeira na defesa

desse precioso e ameaçado espólio, promovendo colóquios, organizando concertos, suscitando debates e chamando a atenção para a verdadeira importância que a arte e a cultura representam na vida dos povos.

Podemos afirmar que a sua obra é considerada insubstituível no quadro da actividade cultural do Algarve, colocando-se mesmo em pé de igual-

Um estabelecimento de ensino deste nível não pode continuar a subsistir de esmolas ou subsídios

Um estabelecimento de ensino desta dimensão não pode, todavia, nem deve, continuar a subsistir de esmolas ou subsídios e a viver à custa do sacrifício dos seus professores e alunos, como até aqui tem acontecido!

É de notar que o trabalho por ele desenvolvido no domínio da cultura musical foi entusiasticamente sublinhado

com as mais destacadas instituições suas congéneres de Lisboa e Porto.

Esta realidade é testemunhada de forma inofensível pelo progressivo e ininterrupto aumento de alunos que o frequentam e pelos mais de 700 que compõem a longa lista de espera na expectativa duma oportunidade para nele ingressarem.

pela secretária de Estado da Cultura durante as cerimónias oficiais do Dia Mundial da Música, que ocorreram na cidade de Faro no pretérito dia 1 de Outubro, ocasião que serviu também para o lançamento da primeira pedra para a construção do novo e moderno edifício do conservatório que orça em mais de 200 000 contos.



CRISTÓVÃO NORTE: corrigir uma distorção antiga

Satisfaz-se assim uma necessidade há muito reivindicada, que vem contribuir certamente para uma maior funcionalidade dos Serviços, solucionando definitivamente o problema das instalações, abrindo

ainda uma perspectiva risonha para a entrada de centenas de jovens de toda a província que, até à data, têm sido impedidos de o fazer.

Pensando no futuro, concluiu Guerreiro Norte, ousamos afirmar que é indispensável consciencializar os governantes que de nada valerá a grandeza da obra a realizar, se não forem criadas as condições necessárias que garantam o seu equilíbrio financeiro que só será conseguido com a sua oficialização.

Tal medida virá de encontro às necessidades da Região e corresponderá a um profundo anseio das populações, repetidas vezes manifestado pelos seus principais responsáveis que justificadamente têm exigido a sua equiparação aos Conservatórios de Lisboa e Porto que há muito usufruem dessa condição.

LEIA
E
DIVULGUE
**POVO
LIVRE**



Entrevista com Montalvão Machado

Continuação da 1.ª página

anima os deputados social-democratas, mas frisou que «o diálogo paralisante não nos serve. Quando for honesto, frente a frente», adiantou, «é connosco. Quando for para prolongar no tempo soluções urgentes e necessárias, já não estamos à disposição para esse diálogo. Nós somos dialogantes e não senhores únicos da verdade mas também não podemos esquecer que somos a maioria.»

Montalvão Machado negou que os deputados social-democratas sejam uma «tropa do Governo».

«Não somos tropa de ninguém e muito menos tropa de choque», disse. «Somos deputados da Assembleia da República com todos os direitos e todos os deveres que o cargo nos impõe e o povo nos exige.»

«Povo Livre» — A bancada social-democrata parece ter inaugurado um novo estilo de relacionamento com as bancadas da oposição: menos arrogân-

cia, mais diálogo. Isto é já fruto da perspectiva da sua presidência? Vai manter este estilo? Incrementá-lo?

Montalvão Machado — Temos sido frequentemente acusados, sem qualquer razão, de arrogantes, soberbeiros e com predisposição para fuga ao diálogo. Não acredito que algum dia tenha sido assim. É certo que somos maioritários, temos honroso orgulho que daí nos advém. Nós e o povo que em nós confiou e confia.

Não obstante isso, não desprezamos ninguém e muito menos nos consideramos senhores de uma verdade única. Sabemos ouvir mas apenas quando as palavras são sinceras e produtivas. Não só não fugiremos ao diálogo com as oposições como, pelo contrário, o procuraremos sempre que dele sintamos necessidade ou nos seja solicitado.

Mas o diálogo não pode ser paralisante, tem que ser um diálogo capaz de produzir frutos. Quando o diá-



O diálogo não pode ser paralisante

logo sirva apenas como pretexto para arrastar soluções, quando sirva para entrar, para passar tempo, para fugir a soluções ou compromisso, esse diálogo não será connosco. Daí o desejo de incrementar os contactos com as oposições, dialogar com elas, mas sempre com aquele limite que acima referi.

«P.L.» — O grupo parla-

mentar do PSD é muito grande. Sente-se à vontade para o dirigir em todos os aspectos da intervenção parlamentar? Como vai funcionar a direcção em termos de acompanhamento directo dos deputados em trabalho na Assembleia da República? E quanto ao aspecto disciplinar?

M.M. — O grupo parlamentar do PSD é tão grande quanto o quis o povo que nos elegeu. Não será fácil de dirigir, dado o seu número. Mas não é impossível, dada a sua qualidade.

No que respeita a intervenções parlamentares, há que distinguir dois aspectos: trabalho em comissões e trabalho no plenário. Tudo isto será devidamente organizado pela direcção do grupo, de acordo com os deputados e por forma a cumprir o mandato que nos foi confiado. Há, no grupo parlamentar, gente nova que se não tem evidenciado, não obstante ter qualidade. É meu propósito

aproveitar todos, sem excepção.

No que respeita ao aspecto disciplinar, será evidente que não tenha ainda razões de queixa. Se as tiver, o primeiro a sabê-las será o deputado que infrinja. Estou convicto que isso bastará.

«P.L.» — Em termos de iniciativas legislativas, o grupo parlamentar vai manter-se na expectativa, à espera do que venha do Governo, ou vai avançar com iniciativas próprias? Quais e sobre que matérias, se já há algumas?

M.M. — É muito cedo para falar em iniciativas legislativas próprias do grupo parlamentar. Esta di-

recção foi agora eleita e não conhece, por isso, os propósitos dos deputados. Mas posso acrescentar que do período legislativo anterior transitaram para este inúmeras iniciativas legislativas da autoria dos deputados social-democratas. Acredito que assim continue a ser.

Recebemos, como é evidente e nos compete, as iniciativas legislativas vindas do Governo, às quais daremos o andamento que merecem.

Recuso-me frontalmente a aceitar a ideia de que o meu grupo parlamentar se vai manter apenas na expectativa do que, a esse respeito, venha do Governo.

Declaração

A CABOU de ser eleita a nova direcção do Grupo Parlamentar do PSD. Essas responsabilidades são acrescidas pela confiança recebida da direcção do Partido e pelo apoio que acabamos de receber dos nossos companheiros deputados do Grupo Parlamentar do PSD (expresso nos resultados da votação).

Numa situação de profundas reformas estruturais, de preparação para o mercado único europeu, de crescimento económico — logo de aumento de expectativas dos portugueses por um futuro melhor — nenhum ano político é fácil. Não o é, em particular, no Parlamento que é a sua Sede do poder democrático e que vive do confronto de opiniões e de soluções e da diversidade política.

O nosso trabalho será pois voltado para a dignificação da vida parlamentar, com respeito e vontade de diálogo com a oposição, com espírito crítico face a nós próprios. Tudo faremos para garantir uma intervenção qualificada e prestigiante dos parlamentares do PSD, para prosseguir no apoio ao Governo que, sendo uma emanção da maioria desta Assembleia, nos merece toda a solidariedade e confiança, cujo programa nos cabe implementar, e para a realização dos ideais socialdemocratas de melhoria das condições de vida dos portugueses, de justiça social, de afirmação e valorização da identidade nacional, que são os fins últimos da nossa acção.

NÚMEROS & PALAVRAS

☆ 101 votos a favor recolheu a lista (única) liderada por Montalvão Machado para a presidência e direcção do grupo parlamentar do PSD. Dos 139 (de 148 possíveis) boletins scrutinados, 28 foram negativos, 5 correspondiam a outras tantas abstenções, 4 ficaram em branco e 1 foi nulo.

☆ «A oposição quase só fala da inflação? Evidentemente que não. Mas de algum modo é uma fala obsessiva. É uma fixação que chega a perder a noção das proporções». — Ministro Miguel Cadilhe.

☆ «Todos os portugueses sabem que se alguma coisa este Governo não tem, é medo». — Guido Rodrigues.

☆ 968 foram os projectos candidatos ao Sistema de Incentivos de Base Regional entrados no mês de Agosto, correspondendo a um investimento de 14,8 milhões de contos. «Se isto não é confiança do País na sua situação económica e no Governo, então não sei o que será confiança». — Correia Afonso.

☆ «O senhor deputado Ferro Rodrigues (PS) fala nos reformados e diz que as pensões de reforma são ainda muito baixas em Portugal. Fácil é dizê-lo e nós até estamos de acordo com isso. Mas eu pergunto: quais foram os Governos que, efectivamente, proporcionaram, apesar de tudo, aumentos das pensões de reforma claramente superiores à inflação esperada, conforme já sucedeu em 1986 e 1987?» — Fernandes Marques.

INTERESSES REGIONAIS

Operação integrada de desenvolvimento do Norte alentejano

A Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano, aprovada em Bruxelas pela Comissão da Comunidade no dia 13 do passado mês de Setembro e formalizada em Lisboa, no dia 7 de Outubro, com a assinatura de uma declaração conjunta de Jacques Delors e do ministro Valente de Oliveira, é uma realidade, disse no plenário o deputado social-democrata Silva Maçãs.

Esta realidade envolve investimentos de 24,2 milhões de contos, cabendo 14,4 milhões aos Fundos Comunitários, 5,2 milhões ao Orçamento do Estado, 2,9 milhões às autarquias locais e 1,7 milhões às entidades privadas.

Espera-se, com a aplicação destas verbas, inverter os efeitos desastrosos da interioridade do distrito de Portalegre, nomeadamente a desertificação humana e a debilidade económica.

Ao nível da valorização e aproveitamento do potencial turístico, afirmou o deputado João Silva Maçãs, proceder-se-á ao ordenamento e melhor aproveitamento dos vários núcleos, termas e barragens, à construção e modernização de estabelecimentos turísticos junto desses polos de atracção, visando criar mais 1200 camas, atendendo a que por esta região entram 20 por cento dos turistas que visitam por terra o País. Igual atenção deverá ser dada aos espaços destinados a lazer e recreio, bem como aos edifícios históricos e monumentos



SILVA MAÇÃS: construir um futuro novo e melhor

de infraestruturas turísticas e industriais.

de infraestruturas turísticas e industriais.

Mais estradas, mais saúde, melhor ensino, melhores serviços

Porque não existe desenvolvimento económico sem uma boa rede viária, prevê-se a melhoria e o alargamento de estradas nacionais e caminhos municipais, a par de investimentos a efectuar nos centros de saúde e nos hospitais distritais de Portalegre e Elvas, nestes, sobretudo, ao nível dos equipamentos e da especialização de pessoal de enfermagem.

A necessidade de melhorar o Ensino em diversos aspectos, fez com que a OID contemple a criação de escolas profissionais para jovens com dificuldades de aprendizagem, sistema até hoje inexistente no distrito e a implementação do ensino técnico-profissional onde ele ainda não exista, bem como a construção de algumas escolas.

Procurando melhorar a qualidade dos serviços prestados nos diferentes ramos de actividade, muitas são as acções previstas em matéria de formação profissional.

Especificamente, no que ao sector agrícola diz respeito, sector fundamental na sub-região, é contemplado no plano do melhoramento de infraestruturas ou na sua criação, através da construção de pequenas barragens, da regulari-

zação do leito dos rios e ribeiros, da drenagem dos solos, da abertura de caminhos agrícolas e rurais, de electrificação das explorações, da reconversão da Agricultura e do tratamento de águas residuais dos lagares de azeite. Paralelamente, pretende-se gerar valor acrescentado e valorizar a produção agrícola, fomentando investimentos que tenham como objectivo a transformação e a comercialização dos produtos. Estão incluídas, a recolha e distribuição de leite de consumo, o fabrico do queijo de ovelha e cabra, o fabrico de conservas típicas, a modernização das adegas, a transformação e conservação de frutos e hortícolas, a produção de azeite e preparação de proteaginosas ou ainda o descasque e preparação do arroz, não esquecendo os frutos secos e as acções de experimentação que lhe devem estar ligadas assim como à diversificação de culturas vegetais.

No sub-sector florestal visa-se a melhoria das infraestruturas e o incremento da produção, rasgando florestas, abrindo caminhos florestais e aceiros, construindo vigias, utilizando técnicas que contrariem a erosão e favoreçam a prática da silvo-pastorícia, entre outras.

Quase me atreveria a dizer, concluiu Silva Maçãs, que valeu a pena esperar tanto tempo para agora assistir à construção de um futuro melhor para aqueles que tão esquecidos o foram no passado e tiveram de buscar em lugares distantes o sustento para os filhos.

Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional

**Reforma estrutural determinante
da prosperidade económica
e do bem-estar social.**

O plenário aprovou já na generalidade a proposta de lei de bases do sistema estatístico nacional, uma reforma estrutural que não podia ser adiada e cujo objectivo é produzir a tempo e ao mais baixo custo possível, informação fiável e adequada às necessidades dos utilizadores públicos e privados, de modo a que o nosso País possa enfrentar, devidamente preparado, os desafios para o seu desenvolvimento que estão no horizonte e designadamente os que decorrem da constituição do Mercado Interno.

Toda a gente se queixa, disse o ministro do Planeamento e da Administração do Território ao apresentar o diploma no Parlamento, de que o sistema estatístico actual não serve e têm alguma razão pois que, apesar de, ao longo dos últimos três anos, se terem posto as estatísticas em dia e de se ter extraído da organização actual o máximo que ela podia dar e que funcionários devotados insistiram em ajudar a facultar, a verdade é que o salto qualitativo que é preciso que se verifique não tem nada a ver com qualquer adaptação feita no passado, nem acomodável na estrutura existente.

A quebra do quase-isola-

mento económico, disse ainda Valente de Oliveira, a necessidade de tomar decisões de todo o tipo e em tempo oportuno por numerosos agentes públicos e privados e a urgência de antecipar problemas, detectar oportunidades e desenhar soluções para resolver os primeiros e aproveitar as segundas, vão — todas elas — reclamar mais informação, mais precisa e pontual e muito mais estudos de análise feitos com base nos dados disponíveis. A qualidade das decisões e, antes destas, a das alternativas de acção que vão ser postas diante dos decisores, dependem ambas, directamente, da qualidade da informação estatística em que assentam. Não são apenas os decisores públicos que dela dependem; em numerosas circunstâncias, para conhecer o mercado e para ver como ele evolui potencialmente, para descobrir ou mesmo forçar a descoberta de novos mercados, produtos ou processos, para aguentar a concorrência externa ou interna e para um sem-número de decisões conjunturais ou de longo-prazo, os agentes económicos privados activos e os representantes da imensa massa dos agentes económicos passivos que tem de os defender, dependem, cada vez mais, da informação estatística a que tiverem acesso.

A criação do Mercado Interno torna necessária a elaboração de um programa global e coerente no domínio da informação estatística ao nível comunitário

Nós precisaríamos, em qualquer caso, de re-estruturar profundamente o nosso sistema estatístico; mas é bom de ver que a integração na Comunidade Europeia veio conferir maior urgência à operação: grande parte das políticas comunitárias são baseadas em indicadores estatísticos que ou são fornecidos, com rigor, pe-

los países-membros ou são estimados pelos serviços da Comunidade, com todos os riscos de interpretação que daí podem decorrer. A recente decisão do Conselho Europeu de utilizar o Produto Nacional Bruto como base da contribuição dos Estados-membros para o orçamento comunitário chegaria para reforçar a im-



VALENTE DE OLIVEIRA: a urgência do salto qualitativo

A Informação passou a constituir o elemento essencial da vida humana e a determinar o sinal dos novos tempos

O deputado social-democrata Oliveira de Matos, por sua vez, recordou que as solicitações do mundo moderno implicam, a todos os níveis, uma reformulação de métodos e procedimentos que permitam fazer face à necessidade de adaptação constante às novas realidades sociais e económicas.

O mundo assistiu no decorrer do século XX, prosseguiu aquele deputado, a uma mutação profunda assente essencialmente no desenvolvimento de novas tecnologias de informação.

Na verdade, a Informação passou a constituir o elemento essencial da vida humana e a



OLIVEIRA DE MATOS: uma boa decisão está ligada a uma boa informação

portância da informação estatística. Mas a criação do Mercado Interno prevista no Acto Único Europeu torna, mesmo, necessária a elaboração de um programa global e coerente, no domínio da informação estatística, ao nível comunitário.

Assim — e pela primeira vez — a Comunidade Europeia vai dotar-se de uma política de informação estatística comum, estando em vias de preparação um programa estatístico, para o período de 1989-1992, o qual será em breve apresentado ao Conselho da Comunidade.

determinar o sinal dos novos tempos. Os fluxos de informação passaram a ser elementos importantes, diria mesmo, imprescindíveis a qualquer organismo económico, social ou administrativo, quer seja público ou privado.

Cada vez mais a uma boa decisão está ligada uma boa informação. A qualidade desta determina a justeza daquela.

Em Portugal, desde há muitos anos que a disponibilidade atempada de dados estatísticos tem sido escassa, e tem frequentemente estado na origem da extrema dificuldade de tomar decisões correctas quando há que definir programas, delinear estratégias, planificar a prazo ou determinar objectivos.

Sem falsas modéstias, nem qualquer sentido demagógico, não temos dúvidas em afirmar que os empresários portugueses têm sido autênticos heróis quando conseguem, quantas vezes através do falível «feeling», tomar decisões que conduzem as suas empresas ao sucesso perante concorrentes estrangeiros municiados de abundantes elementos de gestão, entre os quais não serão os menos importantes as informações sobre o tecido empresarial dos mercados onde operam.

Linhas gerais do sistema estatístico

Em Portugal, o sistema estatístico está estruturado sobre princípios que se mantêm praticamente inalterados desde 1935, altura em que foi criado o Instituto Nacional de Estatística (INE). A actualização agora proposta vai no sentido de conferir autonomia financeira, técnica e operacional aos serviços estatísticos ao mesmo tempo que admite os parceiros sociais representados pelas entidades empresariais e pelas centrais sindicais no seio do órgão competente, entre outras coisas, para definir as linhas gerais da actividade estatística nacional. Por outro lado, garante o máximo respeito pela privacidade dos cidadãos através de um rigoroso segredo estatístico.

O INE, com a entrada em vigor da lei de bases do sistema estatístico, passa a gozar do estatuto de instituto público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial visando alterar a filosofia de gestão, de modo que a componente económica e financeira passe a intervir clara e directamente nas decisões; incentivar a produção da informação estatística na perspectiva dos utilizadores, facilitando a repercussão dos custos nos mesmos e aliviando deste modo os encargos a suportar pelo Orçamento do Estado; conferir mobilidade aos meios e flexibilidade ao funcionamento interno e às ligações ao exterior; reforçar a capacidade institucional necessária às exigências acrescidas de coordenação estatística.

Entretanto, incumbirá ao próprio INE celebrar protocolos com instituições universitárias, com vista à criação de cursos orientados para a formação de quadros superiores de estatística. Estes cursos deverão complementar a formação obtida na universidade, numa perspectiva eminentemente profissional, tornando-se, deste modo, um veículo de difusão da cultura estatística. Contribuirão assim decisivamente para que seja possível estender a delegação funcional, alargar a cobertura estatística e simultaneamente reforçar a capacidade de coordenação do sistema.

Possibilitará igualmente a produção da informação estatística de qualidade ao mais baixo custo.

Por outro lado, a criação destes cursos vai ainda permitir responder às necessidades de reforço da base institucional para a cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa no domínio da estatística.

As informações individualizadas sobre pessoas singulares nunca poderão ser divulgadas. Este é um dos rigorosos dispositivos da lei no sentido de garantir o segredo estatístico que visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos, preservar a concorrência entre os agentes económicos e garantir a confiança dos informadores no sistema estatístico.

Assim, todas as informações estatísticas de carácter individual colhidas pelo INE são de natureza confidencial, zelo que não podem ser discriminadamente inseridas em quaisquer publicações ou fornecidas a quaisquer pessoas ou entidades, nem delas pode ser passada certidão; constituem segredo profissional para todos os funcionários e agentes que delas tomem conhecimento; nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame.

Por outro lado, no exercício da sua actividade o INE pode realizar inquéritos e efectuar todas as diligências necessárias à produção de dados estatísticos, devendo solicitar informações a todos os funcionários, autoridades, serviços ou organismos, e a todas as pessoas singulares ou colectivas que se encontrem em território nacional ou nele exerçam a sua actividade.

Por isso, será punido com coima de 6000\$00 a 6 mil contos quem, sendo obrigado a fornecer informações, nos termos da lei e dos regulamentos e actos que a executam e aplicam, não fornecer as informações no prazo devido, fornecer informações inexatas, insuficientes ou susceptíveis de induzir em erro, fornecer informações em moldes diversos dos que forem legais ou regulamentarmente definidos.



PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Povo livre
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX • Telef. 60 21 40

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____

LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA ☐

RENOVAÇÃO ☐

SEMESTRAL ☐

ANUAL ☐

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____

(Assinatura)

BOLETIM DE ASSINATURA

**LER
E DIVULGAR
O «POVO LIVRE»
É CONTRIBUIR
PARA A SOCIAL
DEMOCRACIA**

Silva Peneda na Secção C

O ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, preside no próximo dia 10, às 21 30 horas, na Secção C de Lisboa (Olivais-Marvila) a uma sessão de esclarecimento.

Rui Machete na Secção F

Rui Machete desloca-se no próximo dia 10, pelas 21.30 h, à Secção F de Lisboa (Rua Aliança Operária) para presidir a uma sessão de esclarecimento de análise da situação político-partidária.

Pinto Leite na Secção H

Hoje, às 21h30m, realiza-se na secção H (Encosta das Olaias) uma sessão política com a presença do Pinto Leite, Presidente da Comissão Política Distrital da A.M.L. aberta a militantes e simpatizantes do PSD.

Eleições dos órgãos da AML

- Impugnação do acto eleitoral
- Acórdão do C.J.N.

Fundamentos da Impugnação

1. Irregularidade no modo de convocação da Assembleia (Convocatória);
2. Deliberação do Conselho de Jurisdição Distrital que criou dualidade de critérios na fixação dos cadernos eleitorais;
3. Alteração dos Cadernos Eleitorais no acto da Assembleia;
4. Funcionamento simultâneo de duas mesas de voto.

Conclusões do Acórdão do C.J.N.

1. Não é relevante na presente apreciação do acto de impugnação a questão da pretensa irregularidade da convocatória por se considerar intempestiva;
2. Não houve, neste caso, violação do Art.º 11.º do Regulamento Eleitoral da A.M.L.;
3. Não é dada como provada a alteração dos cadernos eleitorais na altura da votação;
4. Não existe qualquer vício de ilegalidade no funcionamento de duas mesas de voto na mesma Assembleia.

Acórdão do C.J.N., de 30 de Setembro de 1988

Secção de Valongo comemorou 14 anos

No passado dia 22, comemorou-se o 14.º Aniversário da fundação da Secção de Valongo do PSD.

No âmbito das comemorações, realizou-se às 9 horas um jogo de futebol entre a equipa da J.S.D. e a dos vários Núcleos do Partido no Concelho.

Às 12 horas teve lugar na Igreja Paroquial de Ermesinde uma missa em sufrágio dos militantes entretanto falecidos.

De seguida, decorreu um Almoço de Confraternização, presidido por Oliveira Martins, ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e por Amélia Oliveira

Martins da Comissão Política Nacional do P.S.D., com a participação de cerca de duas centenas de militantes.

Foram produzidas várias intervenções, focando temas como a justa homenagem aos fundadores da Secção do PSD, a construção de determinadas infra-estruturas no Concelho que o Governo concretizará, a política viária em curso, com o progresso social consequente.

No fim, Oliveira Martins entregou aos militantes presentes na primeira Assembleia do P.S.D. — Secção de Valongo, o «fac-smile» da Acta dessa reunião.

CONVOCATÓRIAS

AD da AML

Convoco a Assembleia Distrital do PSD da Área Metropolitana de Lisboa, para reunir no próximo dia 17, pelas 21h30m, no Hotel Roma, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Análise da situação política-partidária.

AD de Coimbra

Ao abrigo do Art.º 37.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Distrital de Coimbra do PSD, para reunir na Sede, em Coimbra, no dia 5, Sábado, pelas 21 30 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Análise da situação política.

Alter do Chão

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Informações;
- 2.º — Análise da situação política concelhia;
- 3.º — Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário;
- 4.º — Eleição do Delegado à Assembleia Distrital.

Nos termos do disposto no art.º 49.º dos Estatutos, convoco a Assembleia da Secção de Alter do Chão, para uma reunião a realizar no dia 25 de Novembro, pelas 21 horas, na Casa do Povo de Alter do Chão, com a seguinte:

Figueiró dos Vinhos

Nos termos estatutários, convocam-se os militantes da Secção do PSD de Figueiró dos Vinhos para uma reunião a realizar na sede, Rua Dr. Manuel Simões Barreiros no dia 15 de Novembro, pelas 21.00 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Eleição de: Mesa da Assembleia, Comissão Política e Delegados à Assembleia Distrital.

Núcleo de Carnaxide: anulação de convocatória

Tomou a Comissão Política de Algués conhecimento de que um grupo de militantes requereu a anulação do acto convocatório das Eleições para o Núcleo de Carnaxide, alegando vícios vários. Reconhece-se, de facto, que esta Comissão Política não usou da prerrogativa que, por acórdão do C.J. Nacional de 29/04/88, lhe foi conferido de convocar as referidas Eleições.

Nestas condições foi deliberado solicitar ao Presidente da Mesa a anulação do referido acto.

Tendo este despacho favoravelmente tal solicitação, anula-se a convocatória das Eleições para a Comissão Política do Núcleo de Carnaxide marcadas para o dia 4 de Dezembro de 1988. Este facto determinará a reabertura de novo processo administrativo conducente à elaboração de nova convocatória.

O Presidente da Mesa da Assembleia
O Presidente da Comissão Política de Algués

Autarcas de Lisboa reúnem-se no sábado

Numa iniciativa da Comissão Política Distrital da AML, tem lugar no próximo sábado, pelas 10 horas, no Hotel Altis, em Lisboa, um Encontro de Trabalho reservado aos autarcas do concelho de Lisboa do PSD e aos representantes da Comissão Política das Secções do Concelho.

No Encontro estarão em debate a análise da situação política específica em cada freguesia, o relacionamento institucional entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia e o plano de ac-

ção com vista às próximas eleições autárquicas. Será, igualmente, analisado o Orçamento do Município para 1989.

Entretanto, nos dois fins de semana seguintes, terão lugar novas reuniões destinadas à análise da situação dos concelhos da área metropolitana de Lisboa, hegemonizadas pelo PSD (dia 12) e pelo PC (dia 19). Foi entendimento da CPD/AML que a especificidade dos problemas em cada um dos casos exige um tratamento específico e autónomo.

Manuel Moreira em Covilhã e Gouveia

— O Secretário-Geral Adjunto do P.S.D., Manuel Moreira, desloca-se dias 4 e 5, respectivamente, aos concelhos de Gouveia e Covilhã.

— Sexta-feira, dia 4, às 21,30 horas, intervirá num debate sobre regionalização, promovido pela Assembleia Municipal de Gouveia.

— Sábado, dia 5, participará no Encontro Concelhio de Autarcas Social Democratas da Covilhã, onde pelas 10,30 horas, abordará o tema: «Poder Local e Estratégia do P.S.D. para as Eleições Autárquicas de 1989»; realizando-se tal encontro na Sede da C.P.S. da Covilhã do P.S.D., sita na Rua Visconde da Coriscada.

Freguesia de Paião (Figueira da Foz)

A Comissão Política Concelhia do PSD da Figueira da Foz convoca todos os filiados da Freguesia do Paião para, ao abrigo dos Estatutos do Partido, participarem num reunião a realizar no próximo dia 19 de Novembro, pelas 21.00 horas, nas instalações da firma J. Canas & Irmão Lda., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Criação do Núcleo do Paião;
2. Eleição da Comissão Política de Núcleo;
3. Qualquer outro assunto de interesse para o Núcleo.

Gondomar

Ao abrigo dos Estatutos, convocam-se todos os militantes inscritos na Área da Secção Concelhia de Gondomar, para reunirem em Assembleia Ordinária a realizar no dia 5 de Novembro, pelas 21 horas, na Escola Preparatória Júlio Dinis, sita na Avenida 25 de Abril, em Gondomar (S. Cosme), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação da acta da última Assembleia;
2. Análise da situação político-partidária

Oeiras

Ao abrigo do Artigo 49.º dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção de Oeiras, para reunir em Sessão Ordinária, na Rua Heliodoro Salgado, n.º 12 — R/C, em Oeiras, no próximo dia 18 de Novembro, pelas 21h30m, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Cascais

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: Pedro Campilho; Vice-presidente: Arlindo de Carvalho; Tesoureiro: Manuel Madeira; Vogais: Manuel Cardoso de Menezes, Maria Margarida Salema, Miguel Luiz Correia, Maria Isabel Martinho Feio, João Pedro Antunes, Adília Nunes Ferreira, Rui Ribeiro e António Penaforte Rodrigues.

Sesimbra

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — Augusto Cruz Macedo
Vice-pres. — Maria José Pascoa Albuquerque
Secretário — Maria da Conceição Folques Carvalho

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Carlos Manuel Carreira Palmela
Vice-pres. — José João Mouzinho Serrote
Tesoureiro — Domingos Cachão Silvestre Correia
Vogais: Luís Filipe Penim Reis Marques, António Castanheira Garcia, António Pinto dos Santos, Idalina Mendes Dinis Castanheira Garcia, Jorge Manuel Pereira Luís e Eduardo Adelino Chaves Colação.

Vila Nova de Ourém

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — João Luís Ribeiro Ferreira;
Vice-Presidente — Deolinda de Jesus Lopes Simões
Secretário — Teresa Maria Gonçalves de Sousa Simões

COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA

Presidente — João Eduardo Serrano Rodrigues
Vice-Presidente — David Pereira Catarino

Secretário — Amílcar da Silva Neves

Tesoureiro — Armando Ferreira Neto

Vogais — António Martins, António Rodrigues Fernandes Romeiro, António dos Santos Costa, Armando Ferreira Rodrigues, Diamantino Mateus da Silva, Fernando Rodrigues Major, Franklim Henriques Ribeiro, João Manuel Costa Nunes Ribeiro, João Pereira Trezentos, Joaquim Augusto de Oliveira Faria, José Manuel Pinheiro Lopes e Luís Vieira de Sousa Simões.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Albertino dos Reis Gonçalves
António Ferreira Figueira
José Ribeiro
José Ribeiro de Sousa e
Luís Vieira de Sousa Simões

Ourique

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — José Bartolomeu Drago Oliveira Rato
Vice-presidente — Joaquim Guerreiro Coelho
Secretários — Joaquim José Correia de Matos e Maria de Deus Raio Batista Valente Henrique.

COMISSÃO POLÍTICA DA SECÇÃO

Presidente — José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Vice-presidente — António Afonso Martins Guerreiro
Tesoureiro — Mário Fernando dos Reis Henrique
Vogais — Manuel Jesuino Afonso, Cactano Augusto do Carmo, João Augusto do Monte Leitão, Joaquim Martins Palma, António Manuel Brito, António Eduardo Matos e Mestre, Ana Maria e José Augusto de Brito.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Maria Fernando dos Reis Henrique, António Afonso Martins Guerreiro e Manuel Jesuino Afonso.

Silva Peneda

Formação para 440 mil

CERCA de 440 mil pessoas vão ser abrangidas pelas acções de formação profissional a promover no próximo ano, anunciou o ministro do Emprego e Segurança Social. As acções estão incluídas na candidatura portuguesa ao FSE e os respectivos dossiers foram já entregues junto da Comunidade Europeia.

A candidatura portuguesa envolve mais de 215 milhões de contos, sendo 94,4 milhões de contos relativos à comparticipação do Estado português. O valor da comparticipação do FSE por cada formando é de 253 mil escudos. Os programas cujos beneficiários são jovens até aos 25 anos representam cerca de 64 por cento do valor total apresentado.

O ministro Silva Peneda salientou, em conferência, de Imprensa, que na candidatura apresentada «não se verificaram as situações de fraude ou irregularidade que levaram, no

ano passado, à tomada de medidas muito rigorosas, quer na selecção, quer no controlo».

Estratégia para a formação profissional em Portugal

Os traços estratégicos para a formação profissional em Portugal, na perspectiva do Mercado Único, serão os seguintes:

- maior conjugação entre formação posterior, de modo a acentuar a ligação entre os sistemas educativo e de formação e o sistema produtivo;

- reforço da oferta e da natureza profissionalizante do sistema formal de ensino;

- prioridade da formação dos quadros intermédios e dos programas de inserção dos jovens quadros nas empresas;

- acento privilegiado na formação no âmbito das PME's quer para os diferentes níveis



«Não se verificam situações de fraude ou irregularidade»

de pessoal, quer para os quadros dirigentes;

- consideração dos sistemas de formação em alternância como os mais capazes, flexíveis e reprodutivos na preparação dos jovens para a vida activa;

- maior desenvolvimento da formação por famílias profes-

sionais, em detrimento da formação muito selectiva;

- acções de sensibilização e qualificação que permitam estimular novas funções e profissões novas nas empresas;

- o reforço da qualificação dos trabalhadores adultos preparando-os para os processos de modernização ou de reconversão industrial;

- investimento na formação de formadores que garantam, com continuidade, valor pedagógico às acções realizadas.

Reforço de meios deu resultados

Fogos diminuíram este ano

AO falar na Lousã, numa sessão de trabalho destinada a fazer o balanço dos fogos florestais, reunião em que também participaram os ministros da Agricultura e da Administração Interna, Valente de Oliveira salientou que, desde 1972, os incêndios destroem anualmente em média, 40 mil hectares de floresta, correspondentes a oito mil fogos.

Este ano, porém, a situação não atingiu proporções tão graves. Foram «apenas» destruídos 28 mil hectares de mato, pasto e floresta, em 15 mil incêndios. O ano passado, por exemplo, foram registados 20 mil incêndios que destruíram 105 mil hectares.

Não foi apenas o tempo que contribuiu para a diminuição dos incêndios em Portugal. Contribuíram para esta evolução positiva, segundo o ministro Valente de Oliveira, uma maior cooperação entre todas as entidades às quais incumbe combater os fogos, o reforço da prevenção, e, também, um aumento significativo de meios colocados à disposição das diversas corporações de bombeiros.

Poder regional

Valente de Oliveira, que esteve a semana passada no

Porto, defende a criação de órgãos de poder regional e intermédio entre o poder central e local, de forma a apoiar a descentralização e a desconcentração.

São órgãos que visam, segundo o ministro, dar resposta a «preocupações operacionais de desenvolvimento que reclamam uma variedade de soluções e uma versatilidade de gestão que a máquina nacional tem dificuldades em definir, coordenar e administrar».

O ministro considera, também, ser «necessário uma delimitação clara dos campos de responsabilidade do escalão regional intermédio, não lhe atribuindo funções que os municípios podem desempenhar a contento».

Economia da terra

Particularmente activo na passada semana, o ministro do Planeamento e Administração do Território esteve também na sessão de abertura de um colóquio sobre habitação rural e economia da terra que decorreu em Lisboa, tendo, então, alertado para as perdas irreparáveis que as mutações da agricultura podem representar para o património natural e para a qualidade de vida.

Valente de Oliveira afirmou que o aumento da produtivi-

dade agrícola parte de dois pressupostos — «injecção de muita tecnologia e a redução do contingente dos que exercem a sua actividade na agricultura». A conjugação destes factores terá «reflexos sobre o povoamento do espaço rural e implicará a potencial desvinculação do local de habitação».

Trancoso

Trancoso, outra localidade onde esteve na passada semana o ministro Valente de Oliveira, para assinatura do protocolo através do qual foi criado o gabinete técnico local para a reabilitação urbana do centro histórico da vila.

O ministro pronunciou-se contra demolições que têm mutilado centros históricos, mas considera que «felizmente muito subsiste ainda para dar sentido a uma linha de continuidade, na evolução do nosso espaço construído», apesar de muito já se ter perdido.

Foram criadas, nos últimos anos, algumas dezenas de gabinetes técnicos destinados a reabilitar o tecido urbano de zonas antigas degradadas, constituindo o de Trancoso o terceiro de uma nova série de 13 que até ao fim do ano vão ser postos em funcionamento.

Teresa Gouveia

RTP tem responsabilidades na difusão da cultura

«A defesa da identidade cultural portuguesa, que naturalmente implica uma adequada capacidade de projecção para o exterior, só será possível através da promoção da criação artística», afirmou a secretária de Estado da Cultura.

Teresa Gouveia, que falava no decorrer da assinatura de um protocolo entre o departamento de que é titular e a RTP, salientou a importância da televisão na área da difusão da cultura e acrescentou ter procedido à criação de novas linhas de financiamento no Instituto Português de Cinema. Estas linhas destinam-se a estimular o investimento

exterior ao Instituto, tendo Teresa Gouveia sublinhado a importância dos acordos de co-produção celebrados com a Alemanha, França, Brasil e Cabo Verde.

O protocolo assinado com a RTP, relativo a produções conjuntas para 1988/89, prevê a realização de uma longa metragem, telefilmes, documentários e um filme de animação. «A televisão — em todo o Mundo e hoje, também, em Portugal — para além de um crescente financiamento da produção, constitui um excelente instrumento de obtenção de receitas e novos mercados para os audiovisuais», declarou Teresa Gouveia.



Instituto da Juventude vai ser criado

O ministro Couto dos Santos anunciou no passado dia 26 que vai ser criado, em breve, um Instituto da Juventude, a nascer da fusão do FAOJ e da Direcção-Geral da Juventude. Ao falar na inauguração, em Lisboa, do Centro Nacional de Informação para a Juventude (Avenida da Liberdade, 194, Lisboa), Couto dos Santos disse que a criação do referido Instituto será a primeira de uma série de medidas destinadas a proporcionar aos jovens oportunidades de desenvolvimento dos seus projectos e actividades de formação, bem como informação relativa a assuntos que lhes dizem respeito.

Ao fazer o balanço de quase três anos de execução de uma política global e integrada da Juventude, o ministro declarou que existem hoje mecanismos de participação próprios para os jovens, adoptaram-se diversas medidas na área do emprego e formação profissional que permitiram reduzir a taxa de desemprego dos jovens para uma das mais baixas da Europa, avançou-se significativamente na reforma do sistema de ensino, criou-se uma política de habitação, lançaram-se alguns sistemas de apoio a jovens empresários e jovens agricultores, desenvolveram-se programas na área da Cultura e da Ciência e Tecnologia, foi definida uma filosofia e uma política para os tempos livres e desporto, lançou-se um vasto programa de combate à droga.

Em resumo, hoje, mais de um milhão de jovens têm ao seu dispor um conjunto de oportunidades e actividades que os ajudam na transição da escola para a vida activa e os tornam mais responsáveis ao nível da sociedade.

